

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

VALMIR MEDEIRO NOGUEIRA SALVADOR

**A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE PAUNI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE
PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES –
LEGITIMAÇÃO DO ATIVISMO JUDICIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO
2016**

VALMIR MEDEIRO NOGUEIRA SALVADOR

**A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE
PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES –
LEGITIMAÇÃO DO ATIVISMO JUDICIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR
– *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a
orientação do professor Me Victor de Almeida Conselvan.

**Cacoal – RO
2016**

Salvador, Valmir Medeiro Nogueira.

S182a A ausência do mínimo existencial nas comunidades ribeirinhas de Pauini-AM como condição suficiente como quebra da tripartição dos poderes – legitimação do ativismo judicial/ Valmir Medeiro Nogueira Salvador – Cacoal/RO: UNIR, 2016.

59 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.

Orientador: Prof. M.e Victor de Almeida Conselvan

1. Direito constitucional. 2. Mínimo existencial. 3. Direitos fundamentais. 4. Ativismo judicial. Conselvan, Victor de Almeida. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE PAUNI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE
PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES –
LEGITIMAÇÃO DO ATIVISMO JUDICIAL**

Por

VALMIR MEDEIRO NOGUEIRA SALVADOR

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia –
Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em
Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Me Victor de Almeida Conselvan – UNIR – Presidente

Professora Dra. Maria Priscila Soares Berro - UNIR - Membro

Professor Esp. William Ricardo Grilli Gama – UNIR- Membro

Conceito:

Cacoal, 08 de dezembro de 2016.

A Deus, meu protetor, a minha família, razão de tudo e aos amigos, companhia sempre presente e alívio na caminhada.

Em memória dos meus pais-avós, Cacilda e Valdemiro, meu irmão, Agnaldo e de minha tia Lucila. Como queria tê-los comigo...

AGRADECIMENTOS

Em nome da professora Eleonice, a todos os mestres no ensino que me fizeram chegar até aqui, carrego um pouco de cada um comigo, sem vocês eu não teria conseguido.

Ao meu orientador, professor Victor, paciente e incentivador, não deixou que eu desistisse. Sua inteligência e dedicação me fizeram admirador seu!

Em nome de meus pais (Francisca e José) e de meus irmãos, agradeço à minha família que sempre acreditou que eu era capaz. O incentivo de vocês me fez chegar até aqui. Lutarei para corresponder à altura, à confiança empregada. A distância sempre foi física, não impediu a presença no coração.

Em nome da Cleide, do Cleiton, da Lara, do João, da Érika e do Wellison (a lista segue), aos meus colegas e amigos que trilharam esse caminho comigo. Não foi fácil, mas a companhia de cada um aliviou um pouco as horas difíceis e de desespero. Levo para a vida algo de bom de cada um dos nobres colegas, alguns se tornaram mais que amigos, verdadeiros irmãos. Aqui não posso deixar de citar a pessoa mais prestativa desse mundo, Gislene de Laperte, ajudou-me muito na construção desse trabalho. A você toda minha gratidão!

Aos amigos de perto que conquistei e que me arrebataram o coração: Carlos Levy, Diogo Brod, Beatriz Cândido, Beatriz Andrade e Luísa Andrade. André, Glenda, Fernanda, Gabrielle (segue a lista), jamais me esquecerei de todos. O bem que todos esses e os demais não citados me fizeram, jamais poderá ser retribuído à altura.

Em nome da Sara, da Luzia, do Lentini, do Júnior, do Marcus, do Valdemir (segue a lista), agradeço aos meus amigos de longe. Igualmente presentes no coração.

Por último, o melhor vinho, que me cura e me fortalece, agradeço ao Deus da minha vida, senhor e criador de todas as coisas. Grato sou ao Deus vivo, meu Bom Pastor e seguro bem presente na hora da aflição.

“Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus”.
(Gálatas 3:28)

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise a respeito da legitimidade do ativismo judicial frente a ausência do mínimo existencial nas comunidades ribeirinhas do município de Pauini-AM. Dado que figura o atual Estado como Social Democrático de Direito, com escopo na realização do bem comum, na forma do art. 3º, da Constituição Federal de 1988, tendo como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim sendo, o Estado é garantidor e provedor das necessidades mínimas dos indivíduos sobre a sua tutela, não podendo se eximir de prestá-las. Sendo que no artigo 2ª a Constituição adota a *forma tripartida* de organização dos poderes, dispondo que “são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, portanto, a tripartição dos poderes revela-se como um dos princípios fundamentais (estruturante) da República Federativa do Brasil. Posto isso, a partir de pesquisa de campo para aferir a realidade social que vivem os ribeirinhos da cidade de Pauini-AM, constatada a ausência do mínimo existencial, apresenta-se o ativismo judicial como instrumento possível à realização desses direitos. Com isso, o presente trabalho objetiva demonstrar se há ou não legitimidade na atuação ativista do judiciário, quando constatado o inadimplemento das obrigações do Estado, tais como a consecução dos direitos mínimos aos povos ribeirinhos, dado que isso implicaria na quebra da tripartição dos poderes.

Palavras-Chave: 1. Direito constitucional. 2. Mínimo existencial. 3. Direitos fundamentais. 4. Ativismo judicial. 5. Ribeirinhos

ABSTRACT

The present work analyzes the legitimacy of judicial activism due to the lack of the existential minimum in the riverside communities of the municipality of Pauini-AM. Given our current format of State, Social Democratic State of Law, which has as its scope the realization of the common good, in the form of article 3rd, of the Brazilian Federal Constitution of 1988, based on freedom, justice, solidarity, eradication of poverty and marginality. In this model, the State is the guarantor and provider of the minimum needs of individuals on their guardianship, and cannot be exempt from providing them, since this is one of their primary functions (according to article 5th, § 1^o from Federal Constitution). In its 2nd article the Constitution adopts the tripartite form of organization of power, stating that "they are powers of the Union, independent and harmonious among themselves, the Legislative, the Executive and the Judiciary." Given its adoption in the Brazilian Federal Constitution as one of the fundamental (structuring) principles of our constitution. Based on field research to assess the social reality of the riverside inhabitants of the city of Pauini-AM, given the lack of compliance by the State with the minimum rights that these peoples possess and presenting judicial activism as a possible instrument for the achievement of these rights. The objective of this work is to demonstrate whether there is legitimacy in the activist action of the judiciary, when verified that the State's obligations have not been fulfilled, such as the achievement of the minimum rights to the riverside people, are verified, since it would imply the breaking of the tripartition of the powers.

Keywords: 1. Right constitution. 2. Existential minimum. 3. Right fundamental. 4. Judicial activism. 5. Ribeirinhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - DO ESTADO LIBERAL PARA O ESTADO SOCIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	13
1.1 DO ESTADO LIBERAL.....	13
1.2 ESTADO SOCIAL	15
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL NO BRASIL (ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO)	17
1.4 DA DIFICULDADE DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..	20
2 –DEFINIÇÃO DE MÍNIMO EXISTENCIAL E O SEU CONFRONTO COM A RESERVA DO POSSÍVEL	23
2.1 MÍNIMO EXISTENCIAL.....	23
2.2 RESERVA DO POSSÍVEL	27
2.3 MÍNIMO EXISTENCIAL X RESERVA DO POSSÍVEL	29
3 - POVOS RIBEIRINHOS, SUA REALIDADE E SUAS NECESSIDADES	32
3.1 POVOS RIBEIRINHOS E SUA CONDIÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITOS	32
3.2 DA PESQUISA	34
3.3 DA ANÁLISE DOS DADOS	35
3.3.1 A educação fundamental.....	35
3.3.2 A saúde básica.....	37
3.3.3 A assistência social.....	38
3.3.4 O acesso à justiça	39
4 - O ATIVISMO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS MÍNIMOS DOS RIBEIRINHOS, LEGÍTIMO OU NÃO?	41
4.1 A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.....	41

4.2 O ATIVISMO JUDICIAL.....	44
4.3 O ATIVISMO JUDICIAL X A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS: QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA APLICADOS NAS COMUNIDADES	
RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PAUINI-AM.....	60

INTRODUÇÃO

A partir da Revolução Francesa de 1789, com a queda da Bastília e inauguração do Estado Moderno, houve uma série de mudanças na organização sócio-política na Europa, que mais tarde se expandiria para vários países. A premissa maior desse Estado Moderno é a conversão do Estado Absoluto em Estado Constitucional, sendo o poder centrado na legalidade e não mais na pessoalidade. De sorte que esse Estado Moderno é dividido em três modalidades (momentos). A primeira é o Estado Liberal, como Estado Constitucional da separação dos poderes.

O Estado Liberal tem o seu principal fundamento na “teoria da separação dos poderes”, sendo Montesquieu o principal divulgador. Os órgãos de governo do Estado deveriam se separar em três: um judiciário, um executivo e um legislativo, de sorte que coexistissem de forma harmônica e com independência entre eles.

Contudo, as desigualdades sociais levaram a uma forte pressão popular por melhores condições de vida, isso aliado a outros fatores, fez com que surgisse o que se tem por Estado Social, segunda modalidade do Estado Moderno. Tendo por finalidade a concretização dos direitos e garantias fundamentais, já sagrados nas Constituições Liberais, bem como a busca pela a realização da igualdade material.

No caso do Brasil, já experimentado o totalitarismo, o Estado Liberal e o próprio Estado Social, vivencia-se um Estado Democrático de Direito, terceira modalidade do Estado Moderno, tendo esse como escopo a realização do bem comum, na forma do art. 3º, da Constituição Federal Brasileira de 1988, com fundamento na liberdade, na justiça, na solidariedade, na erradicação da pobreza e da marginalidade. Nesse modelo, o Estado é garantidor e provedor das necessidades mínimas dos indivíduos sobre a sua tutela, não podendo se eximir de prestá-las, uma vez que essa é uma de suas funções precípua (consoante disposição do art. 5º, § 1º da CF).

Dentre os direitos fundamentais a que os cidadãos possuem, é consenso doutrinário que há um núcleo que forma o que se entende por “mínimo existencial”, sendo esse um conjunto de prestações mínimas a que ele deve a seus jurisdicionados, de sorte que, contra elas não se pode alegar impossibilidade de descumprimento por limitações de recursos orçamentários. Sendo assim, caberia ao judiciário aferir que prestações comporiam esse mínimo existencial, situação em que ele poderia entrar em competência própria do legislativo ou executivo, fenômeno conhecido por “Ativismo Judicial”, bem como, agir no sentido de concretizá-los.

Surge então o questionamento a respeito da legitimidade do ativismo judicial frente ao princípio da separação dos Poderes, dentro de determinado contexto. O contexto eleito para se averiguar a legitimidade diz respeito à condição social que vivem os ribeirinhos do município de Pauini-AM. Esses sujeitos vivem em comunidades distantes dos centros urbanos, localizadas em margens de rios e são, historicamente, marcadas pela ausência do Estado e de seus serviços. As condições a que são submetidos os colocariam na situação de hipossuficiência, necessitados de ações positivas por parte do Estado.

Posto isso, tem-se de um lado a necessidade da garantia do Estado Democrático de Direito com poderes e funções definidas e típicas de cada um, devendo conviver de forma harmônica e sem interferência de uns sobre os outros e, do outro, a contundente carência dos cidadãos, dentre eles os povos ribeirinhos, de terem suas necessidades, asseguradas constitucionalmente, o que pode revelar a carência de se exigir judicialmente esses direitos. Diante disso surge um questionamento: a falta da garantia do mínimo existencial nas comunidades ribeirinhas seria condição suficiente para a quebra da separação dos poderes por meio de uma postura ativista do judiciário?

Possibilidades de solução são apresentadas: a primeira é que dada a inércia do Estado, junto às comunidades ribeirinhas de Pauini-AM, deve o judiciário intervir, criando, por meio do seu poder de jurisdição, as condições para a realização dos direitos mínimos desses povos, sendo legítima sua atuação para tal. Doutro lado, a segunda é que a atuação do Poder Judiciário, para a consecução dos direitos fundamentais não goza de licitude e de legitimidade, frente ao Estado de Direito, uma vez que esse órgão não é eleito democraticamente e deveria fazer julgamento jurídico e não político, sendo a sua atuação afronta ao princípio da separação dos Poderes. Um terceiro viés é que a atuação do judiciário é devida para a consecução dos direitos dos povos ribeirinhos, frente à condição de hipossuficientes que ostentam, porém não pode ser confundida com discricionariedade.

Dessa forma, objetiva-se demonstrar se há ou não legitimidade na atuação ativista do judiciário, quando constatada o inadimplemento das obrigações do Estado, tais como a consecução dos direitos fundamentais aos povos ribeirinhos, dado que implicaria na quebra da tripartição dos poderes.

1 - DO ESTADO LIBERAL PARA O ESTADO SOCIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.1 DO ESTADO LIBERAL

O Estado, para a corrente contratualista, nasce da celebração de um contrato social entre os indivíduos e aqueles que detêm o poder, com o fito de defesa e proteção de todos. Para Dalari (2007, p. 13) é a partir de um “ato puramente racional” que se constitui “a vida em sociedade”, de sorte que sua preservação depende da existência de “um poder visível”, que mantenha a ordem entre os homens. Dessa forma, foi criado o Estado, ser artificial, “construído pelo homem natural para sua proteção e defesa”.

Na perspectiva dos contratualistas, tais como Locke e Rousseau, há uma transferência de poder dos indivíduos para o soberano por meio de um “contrato social”. Com isso, os homens delegam parte de seus direitos, que sejam necessários à paz de todos e à segurança, em contrapartida, ao Estado caberá regulamentar as condições externas da vida em sociedade, objetivando o bem comum, ao passo que garanta o respeito e a garantia dos direitos fundamentais (MALUF, 1998, p.71).

Contudo, essa concentração de poder nas mãos de um único indivíduo, acabou indo de encontro aos interesses da burguesia da época, como por exemplo a diminuição dos impostos e da interferência do Estado em seus negócios (Bonavides, 2007, p. 68). É nesse cenário de revolução e de enfraquecimento do Estado Soberano que se propiciam condições para o surgimento de um novo modelo econômico, que veio caracterizar a nova forma de Estado, qual seja, o Estado Liberal.

Dessa forma, o Estado Liberal é entendido por Bonavides (2012, p. 43) como “Estado Constitucional da Separação dos Poderes”, ao passo que o autor lhe atribui características próprias, tais como: o império da lei, do código e da segurança jurídica; a separação dos poderes com a harmonia e equilíbrio funcional entre eles; e por último a declaração de direitos fundamentais.

Maluf (1998, p. 129), além dessas acima mencionadas, atribui outras características que marcam o Estado Liberal, como por exemplo: o sistema representativo de governo, a separação nítida entre o direito público e o direito privado, bem como a neutralidade do Estado em matéria de fé religiosa. O autor ainda cita como marco do liberalismo a igualdade jurídica, sem distinção de raça, cor, sexo ou crença; a igual oportunidade de enriquecimento,

e; a não intervenção do poder público na economia particular.

Sobre como surge esse formato de Estado, Dallari preleciona que:

De qualquer forma, o Estado Liberal, resultante da ascensão política da burguesia, organizou-se de maneira a ser o mais fraco possível, caracterizando-se como *Estado Mínimo* ou *Estado Político*, com funções restritas quase que à mera vigilância da ordem social e à proteção contra ameaças externas. Essa orientação política favoreceu a implantação do constitucionalismo e da separação dos poderes, pois ambos implicavam no enfraquecimento do Estado e, ao mesmo tempo, a preservação da liberdade de comércio e contrato, bem como o caráter individualista da sociedade (DALLARI, 2007, p. 280).

Das características que definem o Estado Liberal, a que mais se destaca é da separação dos poderes, teoria fortemente defendida pelo francês iluminista, Montesquieu. Em suma, o poder deveria ser dividido em três: um Legislativo (que tinha por função editar as leis a serem seguidas por todos), um Executivo (encarregado de governar) e um Judiciário (que deveria julgar conforme o ordenamento jurídico vigente).

Silva (2007, p. 109) atribui a Montesquieu a prerrogativa de maior divulgador do ideário de separação de poderes, uma vez que esse já se encontrava sugerido por Aristóteles, John Locke e Rousseau. Silva ainda explica que com a Revolução Francesa, a separação dos poderes tornou-se um dogma constitucional, a ponte de a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 dizer que não teria constituição a sociedade que não a assegurasse.

No que tange aos direitos fundamentais, é importante destacar a igualdade jurídica (perante a lei), que no liberalismo era tida como formal, ou seja, a lei era uma só para todos, sem admissão de diferenciação de qualquer natureza, sem concessão ou ampliação de direitos e liberdade por razões pessoais, sejam quais forem.

Sendo assim, o princípio da igualdade formal (perante a lei) era cogente para todos os poderes e sua observância era condição de validade para se criar leis, para a prática dos atos administrativos, bem como para a aplicação do ordenamento jurídico, como explica Maluf (1998, p. 287).

Esse modelo de Estado ora teria seu enfraquecimento, o que aconteceu tanto por conta de fatores econômicos, quanto por causas políticas e, principalmente sociais, é que “as massas passavam a fazer pressão contra a burguesia e o Estado, reivindicando, com intensidade, os seus direitos trabalhistas, previdenciários e sociais em geral (BONAVIDES, 2007, p. 186).”

Ocorre que Estado Liberal era marcado fortemente pela abstenção, portando-se tão somente como indivíduo passivo, ou simples conservador dos direitos que os indivíduos já haviam adquirido, sem nada fazer por aqueles em situação de hipossuficiência. É nesse sentido que Silva (2007, p. 115) coloca a questão da falta de “justiça social” como fator que

colaborou para a superação do Estado Liberal: “o individualismo e o abstencialismo ou neutralismo do Estado Liberal provocaram imensas injustiças, e os movimentos sociais do século passado e desse especialmente, desvelando a insuficiência das liberdades burguesas [...]”.

Enfim, é justamente nesse contexto de imparcialidade, de ausência, de liberalidade extrema, que acabou por provocar distorções e exploração em demasia, sem prestações justas aos indivíduos abastados. Com isso, surgiu a necessidade de intervenção do Estado nas relações jurídicas dos indivíduos, bem como na própria economia, a fim de minorar as desigualdades, com tratamento mais justo e humano aos cidadãos em condições de hipossuficiência.

1.2 ESTADO SOCIAL

Tem-se que, em dado momento, esse modelo de organização política (Estado Liberal) teve o seu esgotamento. A igualdade formal não foi suficiente para atender aos anseios da sociedade, uma vez que, consoante sua evolução, bem como a evolução do próprio direito, ensejou a alteração da forma liberal para um formato social do Estado.

Pode-se definir o Estado Social como o “Estado Material de Direito”, de sorte que, adota uma dogmática e pretende realizar a justiça social e o bem-estar de todos, consoante aos ensinamentos de Silva (2007, p. 115).

Sendo assim, o Estado Social passa a ser a busca da concretização daqueles direitos consagrados nas constituições do Estado Liberal. Ter-se-á aqui o início de uma verdadeira emancipação dos indivíduos, bem como o fim da procrastinação e negligência daqueles ideários de “liberdade, igualdade e fraternidade”, pois o evoluir da sociedade reclama a efetivação dos direitos sociais prometidos anteriormente (no Estado Liberal). A respeito disso, Bonavides (2012, p. 52) destaca que “tal forma de Estado, todavia, em sede de concretização, parece pertencer ainda ao porvir. Mas é de assinalar que seus rumos já se acham traçados, e por eles alguns povos buscam caminhar”.

Um dos efeitos do Estado Social, pode-se dizer até que o principal, diz respeito ou conceito de igualdade que passa a ser o oposto daquele individualista e estritamente formal que se revelou inconsistente e falho no formato anterior de Estado (Estado Liberal). Os indivíduos que compõem o corpo social são naturalmente desiguais, daí a necessidade de se adotar, como fator de igualdade o princípio da isonomia, “no sentido de promover, tanto quanto possível, uma igualização das desigualdades materiais” (Maluf, 1998, p. 288).

Com isso, o Estado tem o dever de levar em conta as desigualdades humanas e sociais e a tratar de forma desigualmente aqueles seres que de fato são desiguais, a fim de igualá-los juridicamente.

No Estado Liberal, todos eram iguais perante a lei. Consagrava-se a isonomia em sentido formal, pois a lei não se preocupava com as diferentes necessidades sociais. A lei, por ser geral e abstrata, não levava em consideração alguém em específico nem era feita para determinada hipótese, cabendo ao Judiciário simplesmente atuar a vontade concreta da lei, pois qualquer tratamento diferenciado comprometeria sua imparcialidade e era visto como violador da igualdade (CAMBI, 2009, p. 176).

Ainda nesse contexto, Bonavides (2007, p. 200) coloca que a “própria natureza do Estado Social” é de ser intervencionista, com a necessidade de se ter a presença do “poder político” na execução de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades, visto que a dependência dos indivíduos dessas ações do Estado está ligada a fatores que são independentes a sua vontade.

A imparcialidade e não intervenção positiva do Estado Liberal sobre a economia e sobre o próprio contrato, com a ausência de ação para a proteção e prestações aos jurisdicionados, sendo o Estado o administrador dos interesses públicos, levou à necessidade de se repensar seus fundamentos e sua forma de gestão. A passagem de um Estado Liberal para um Estado Democrático de Direito importa, outrossim, na passagem de uma “Administração da agressão” para uma “administração da prestação”. Ou seja, não se tem mais uma esfera administrativa que intervém apenas agressivamente, para evitar lesões aos direitos de liberdade (PIVETTA, 2014, s/p).

As mudanças que surgem com o Estado Social, que passa a ser um Estado intervencionista e prestador de direitos e serviços aos seus cidadãos, foram frutos de lutas, de mobilização e organização política dos despojados. A conquista de direitos fundamentais, como lembra Cambi (2009, p. 47), “não são fruto da *concessão espontânea* do detentor do poder. São mudanças sociais que fazem surgir outras demandas e necessidades que reclamam novos direitos. Historicamente, *os direitos fundamentais se afirmam como leis dos mais fracos em oposição às leis dos mais fortes*”(grifo do autor).

Ainda, no Estado Social, a propriedade passa a atender aos interesses da coletividade, por isso passa a ser objeto de restrições legais. Da mesma forma o capital necessita estar a serviço da economia nacional, devendo ser empregado em prol do bem-estar social, como explicita Maluf (1998, p. 156).

Em síntese, o Estado Social está relacionado à evolução de sua antiga forma (Estado Liberal) devido, principalmente, à luta da classe dos trabalhadores em verem seus direitos

atendidos. O Estado passou a intervir econômica e politicamente a fim de realizar a igualdade material, buscando concretizar os direitos sociais constantes nas Constituições anteriormente promulgadas.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL NO BRASIL (ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO)

No caso do Brasil, já passada por toda essa evolução, experimentou-se o que se entende por Estado Democrático de Direito, com forte presença do liberalismo e do socialismo na atual Constituição. A presença do liberalismo pode ser visualizada quando a Constituição Federal traz em seu artigo 2º a expressa organização dos poderes de forma tripartida. Por sua vez o caráter social está evidenciado no extenso rol de direitos e garantias sociais constantes no título II de Carta Magna.

Bonavides (2012, p. 54) conceitua o Estado Democrático de Direito como “Estado Constitucional da Democracia Participativa”, sendo aquele onde se persegue, “em proveito da cidadania/povo e da cidadania/Nação”, a concretização dos direitos e da justiça, “mediante um constitucionalismo de normas indistintamente designadas como principiais, principiológicas ou de princípios”. O autor ainda alerta que, no tocante aos direitos, são aqueles fundamentais que já figuravam no Estado Social.

A Constituição Federal de 1988 declarou o Brasil como um Estado Democrático de Direito, dizendo que o poder emana do povo. Esse, por sua vez, exerce-o diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direito e secreto, para o exercício de mandatos periódicos (arts. 1º e 14º).

Ao caracterizar o Estado Democrático de Direito, Silva (2007, p. 119) diz o seguinte:

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convencimento social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), em que o poder emana do povo, e deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por seus representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formulação dos atos do governo; pluralista, porque respeita a pluralidade de ideias, culturas e etnias e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e de interesses diferentes da sociedade; há de ser um processo de libertação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas de reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais, mas especialmente de vigência de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício (grifo do autor).

Sobre o Estado Democrático, Azambuja (2005, p. 326) assevera que: “é realmente decisiva para a existência da democracia que o povo a queira, e o que ele pensa e espera que

ela seja. Para realizar-se e prosperar-se, o regime democrático requer disposições intelectuais, hábitos de espírito, condições e sentimentos que lhe sejam favoráveis”.

Sendo assim, para participar e opinar, é necessário que os jurisdicionados tenham condições para tal, não somente instrumentos materiais, mas também condições formais, como por exemplo educação, para que possam desenvolver-se intelectualmente.

Nesse sentido, a democracia somente será um processo com justa participação política se existir “uma justiça distributiva dos bens sociais”. Não há como existir condições de igualdade para o exercício da cidadania entre todos os indivíduos de uma mesma sociedade “sem prévia erradicação da fome, da miséria, da ignorância, do analfabetismo e da exclusão” (CAMBI, 2009, p. 387)

Nesse contexto de Estado Democrático de Direito, a Constituição Cidadã é marcada por trazer em seu bojo uma série de direitos e garantias fundamentais, sendo que o Estado tem o encargo de buscar a realização deles. O Art. 6º dispõe que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Da análise desse artigo, percebe-se a forte presença de ideias socialistas. É interessante também mencionar seu caráter liberal, ao adotar como forma de organização a tripartição dos poderes em seu art. 2º.

Merece destaque os objetivos da República Federativa do Brasil, quais sejam aqueles capitulados no art. 3º da atual Constituição: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade [...]”.

A esse respeito, a iniciativa de se trazer um rol fundamental de objetivos a serem perseguidos pelo Estado Brasileiro, Silva (2007, p. 105) comenta que há aqueles que valem como base das prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social e cultura, a fim de efetivar na prática os direitos fundamentais para que se propicie aos indivíduos uma vida digna.

Com isso, tem-se que além de objetivo a ser buscado pelo Estado Brasileiro, a dignidade da pessoa humana dos cidadãos brasileiros é fundamento da República (art. 1º, III, da CF/88). Portanto, o atual Estado de Direito é protagonizado por uma série de direitos e garantias que devem direcionar as ações do Estado, a fim de concretizá-los.

Os artigos 5º e 6º da Constituição Cidadã trouxe um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, assegurando, inclusive, a aplicação imediata desses (art. 5º, §1º). A esse respeito, Cambi (2009, p. 54) diz o seguinte:

Enfim, a afirmação histórica dos direitos humano-fundamentais impõe a compreensão destes direitos como *relações de poder*, sendo indispensável a distinção entre tais direitos e os de caráter patrimonial. Afinal, foi o desenvolvimento do modo de produção de antagonismos, a luta de classes e a transformação do valor de uso pelo valor de troca que possibilitou a *superação da mera democracia formal* pela sua conjugação com a *democracia material*, implicando a passagem de simples *declaração* de direitos fundamentais para a *indispensável política de efetivação* desses direitos (grifo do autor).

É dizer que o atual estágio do Estado Democrático Brasileiro, passa a ser baseado em um sistema de direitos e garantias positivadas em sua lei maior (Constituição Federal) com auto aplicabilidade, sendo eles “elementos definidores e legitimadores de todo o ordenamento jurídico” brasileiro. Sendo assim, os direitos fundamentais passam a exercer a função de critérios validadores do ordenamento jurídico.

Para maior esclarecimento, ainda cumpre a tarefa de definir o que seriam esses direitos fundamentais, constantes no Título II da Constituição. Sarlet (2007, p. 35-36) traz que:

[...] o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guardaria relação com documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determina ordem constitucional, e que portanto aspiram á validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

Cambi (2009, p. 23) os define como “consenso mínimo oponível a qualquer grupo político que ocupe o poder”, sendo, ainda pressupostos “essenciais à existência do Estado Democrático de Direito”, já que constituem elementos valorativos e vinculadores para os que são encarregados de efetivar os direitos dos cidadãos, ou seja, à Administração Pública, que possui a tarefa de implementá-los para cumprir os fins previstos na Constituição, por meio de um conjunto de atividades – denominado de políticas públicas.

Silva (2007, p. 178) entende os direitos fundamentais do homem como princípios que resumem a concepção de mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, sendo ela reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas *prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas* (grifo nosso).

De igual sorte, é importante diferenciarmos direitos fundamentais de garantias. Como preleciona Miranda (1988, p89), os direitos se constituem em bens por si sós, já as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens. Os direitos são principais, as garantias são acessórias e, muitas delas, adjetivas (ainda que possam ser objeto de um regime constitucional substantivo). Os direitos permitem a realização das pessoas e inserem-se direta e imediatamente, por isso, nas respectivas esferas jurídicas, as garantias, as garantias só nelas se projetam pelo nexo que possuem com os direitos.

Silva (2007, p. 185) entende que esta não há uma nítida separação entre o que seja direito e o que seja garantia, "porque as garantias em certa medida são declaradas, e, às vezes, se declaram os direitos usando forma assecuratória". Cita como exemplos que a Constituição Federal assegura o direito de resposta (art. 5º, V); assegura a prestação de assistência religiosa (art. 5º, VII); garante o direito de propriedade (art. 5º, XXII); garante o direito de herança (art. 5º, XXX).

Em suma, o Estado Democrático de Direito, forma adotada pela Constituição Cidadão, visa à consecução dos direitos fundamentais positivados. Objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além do mais, visa a participação efetiva dos cidadãos nos rumos do Estado, que para tal, precisa de condições materiais adequadas, tais como: educação, saúde, emprego e assistência social.

1.4 DA DIFICULDADE DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em comentário ao artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos que traz a seguinte redação: “todo ser humano tem direito à segurança social e à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”, Dallari diz o seguinte:

O exame dos artigos da Declaração revela que ela consagrou três objetivos fundamentais: a certeza dos direitos, exigindo que haja uma fixação prévia e clara dos direitos e deveres, para que indivíduos possam gozar dos direitos ou sofrer imposições; a segurança dos direitos, impondo uma série de normas tendentes a garantir que, em qualquer circunstância, os direitos fundamentais serão respeitados; a possibilidade dos direitos, exigindo que se procure assegurar a todos os indivíduos os meios necessários à fruição dos direitos, não se permanecendo no formalismo cínico e mentiroso da afirmação de igualdade de direitos onde grande parte do povo vive em condições subumanas (DALLARI, 2007, p. 213).

O dilema jurídico das disposições constitucionais, na atualidade, é justamente o da concretização dos direitos fundamentais dos indivíduos. Há uma infinidade de garantias e de

direitos conquistados ao longo dos tempos, como já se viu, porém muitos como letra morta, não surtem efeitos práticos, ou aqueles desejados pelo legislador constitucional. O desafio que se impõe é o de se estabelecer técnicas e instrumentos capazes de efetivar os direitos fundamentais contidos no ordenamento jurídico.

Bonavides (2005, p. 373) aponta como “verdadeiro problema do direito constitucional da nossa época” a questão da concretização dos direitos sociais fundamentais contidos na Constituição, “como estabelecer e inaugurar novas técnicas ou institutos processuais” para garanti-los.

A esse respeito, Cambi (2009, p. 291) comenta que “em especial, ressalta-se a dificuldade em converter a enunciação de princípios em direitos reais, sobretudo em relação a direitos sociais relativos à educação, à saúde, à assistência social, à cultura e à previdência”.

É sabido que mais que a vontade da administração e ação do legislador em estabelecer meios e ferramentas para se aplicar a Constituição, é necessário que o Estado possa custear esses direitos, haja vista que possuem um custo para se tornarem realidade. Mas que a existência de direitos, é preciso debater a possibilidade de efetivação dos mesmos.

A omissão do Estado - que deixa de cumprir, em maior ou em menor extensão, a imposição ditada pelo texto constitucional - qualifica-se como comportamento revestido da maior gravidade político-jurídica, eis que, mediante inércia, o Poder Público também desrespeita a Constituição, também ofende direitos que nela se fundam e também impede, por ausência de medidas concretizadoras, a própria aplicabilidade dos postulados e princípios da Lei Fundamental (RTJ 185/794-796, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno).

Bobbio (2004, p. 23) aponta que não há dificuldades em fundamentar os direitos do homem (aqui entendidos como aqueles fundamentais), não há também problema em relacioná-los (no caso dos cidadãos brasileiros, estão todos explícitos na Constituição). O problema é quando se trata de passar à ação, ao campo da concretização, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições (por exemplo, a arguição de impossibilidade financeira, jurídica, legitimidade etc.). “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

Atente-se que o autor declara ser um “problema político” a questão da garantia dos direitos (entendida como a concretização desses). De fato, é uma questão política, em que compete ao Legislativo determinar a forma como deverá ser alocado o recurso financeiro do país, e ao Executivo empregá-lo. Daí a nossa problemática surge: dada a inércia desses, seria

legítima a invasão de suas competências por parte do Judiciário para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos?

Por último, Gilmar Mendes traz a questão do “limite do limite”, em que em uma análise dos direitos fundamentais (liberdades, poderes e garantias), esses poderiam até vir a ser limitados ou restringidos, mas dentro de limites. Ou seja, é dizer que há limites ao Estado, quando age no sentido de limitar direitos fundamentais, pois existe o que a teoria entende por *núcleo duro dos direitos fundamentais*, sendo esses intransponíveis.

Cogita-se aqui dos chamados ‘limites dos limites’ (Schranken-Schranken), que balizam a ação do legislador quando restringe direitos individuais. Esses limites, que decorrem da própria Constituição, referem-se tanto à necessidade de proteção de um núcleo essencial do direito fundamental quanto à clareza, determinação, generalidade e proporcionalidade da restrição imposta (MENDES e BRANCO, 2013, p. 2011).

O objetivo do princípio em voga é justamente de evitar ações descabidas por parte do Estado, dando proteção aos direitos fundamentais que não podem ter o núcleo de seu conteúdo esvaziado de sentido e alcance. Se assim fosse, não teria condições de se falar em mínimo existencial, assunto a ser explorado em capítulo seguinte, pois seria fácil ao Executivo, por meio do Legislativo, desvencilhar-se da sua obrigação para com os seus governados. Vê-se que uma teoria completa a outra.

Enfim, para que se chegasse ao atual estágio, o Estado Constitucional passou por três momentos aqui expostos. O primeiro diz respeito ao Estado Liberal, forte na separação dos poderes, bem como no liberalismo econômico. O segundo momento o Estado Social, marcado pela busca da concretização dos direitos sociais fundamentais dos indivíduos, bem como na igualdade material, a fim de diminuir as desigualdades da sociedade. Por último o Estado democrático de Direito, pautado na participação efetiva dos indivíduos nos destinos do Estado.

2 –DEFINIÇÃO DE MÍNIMO EXISTENCIAL E O SEU CONFRONTO COM A RESERVA DO POSSÍVEL

Neste capítulo, incumbe três tarefas: a primeira de trazer o conceito de mínimo existencial, bem como relacionar os direitos e prestações que o compõem; a segunda de tratar a respeito da reserva do possível; por último, o debate sobre confronto que se tem entre esses dois institutos.

2.1 MÍNIMO EXISTENCIAL

Como já mencionado, a partir de uma perspectiva social e democrática, a Constituição Cidadã trouxe um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos (arts. 5º e 6º, dentre outros esparsos). Por força normativa, a aplicação desses direitos e garantias deve ser imediata (art. 5º, § 1º da CF). Doutro lado, sabe-se que o vasto quantitativo de direitos enseja gastos econômicos para a sua concretização. Dessa forma, torna-se pesaroso e por vezes impossíveis de realização por parte do Estado atender a todos.

Atentos a isso, a doutrina passou a buscar estabelecer, entre esses direitos, um grupo dos quais consideram indispensáveis e sem esses, restaria comprometida a realização da dignidade da pessoa humana. De modo que a lei em momento algum tratou de dispor quais direitos constituiriam esse grupo menor. Esse subgrupo é denominado como “mínimo existencial”.

O surgimento da teoria do mínimo existencial se deu na Alemanha. O objetivo foi de se atribuir grau de “vinculatividade” aos direitos sociais que não eram sagrados como direitos fundamentais. “Assim, naquele ambiente histórico-jurídico a jurisprudência, a partir de 1975, desenvolveu a noção de mínimo vital, pela qual foi assegurado um núcleo de proteção jurídica aos bens sociais (PIVETTA, 2014, s/p) ”.

Doutro lado, cogita-se a possibilidade da que a formulação da teoria do mínimo existencial se deva a um jurista brasileiro e não a um alemão, como é comumente afirmado. É que já em 1933, Pontes de Miranda se referiu à existência de um direito público subjetivo à subsistência dentre o elenco dos “novos direitos do homem”, que compreendeu o que chamou de “mínimo vital”. Dentre esses novos direitos, o autor elenca: o direito ao trabalho, à educação, à assistência e o direito ao “ideal” (SARMENTO, 2016, p. 191).

Na definição do mínimo existencial, Barcellos (2008, p. 278), diz que: “Em suma: o chamado mínimo existencial, formado pelas condições materiais básicas para a existência, corresponde a uma fração nuclear da dignidade da pessoa humana, a qual se deve reconhecer a eficácia jurídica positiva ou simétrica”. Quando a autora fala em “eficácia jurídica positiva ou simétrica”, refere-se a direitos intangíveis. Por serem regras e princípios constitucionais, a não realização do mínimo existencial constitui violação, podendo ser exigida judicialmente a prestação equivalente.

Torres (1989, p. 32 e 33) atribui características ao mínimo existencial:

O mínimo existencial exhibe as características básicas dos direitos da liberdade: é pré-constitucional, posto que inerente à pessoa humana; constitui direito público subjetivo do cidadão, não sendo outorgado pela ordem jurídica, mas condicionando-a; tem validade erga omnes, aproximando-se do conceito e das consequências do estado de necessidade; não se esgota no elenco do art. 5º da Constituição nem em catálogo preexistente; é dotado de historicidade, variando de acordo com o contexto social. Mas é indefinível, aparecendo sob a forma de cláusulas gerais e de tipos indeterminados.

Essas disposições revelam a definição da natureza jurídica do mínimo existencial, que é de direito público subjetivo, público porque diz respeito a toda a coletividade e subjetivo porque pode ser perquirido judicialmente quando violado.

Cambi (2009, p. 392), atento ao mínimo existencial como condição básica para o exercício da cidadania, sendo núcleo elementar da dignidade da pessoa humana, entende-o como: “expressão que identifica um conjunto de bens materiais e imateriais, além das utilidades básicas indispensáveis ao desenvolvimento autônomo e digno da pessoa humana, bem como o reconhecimento recíproco dos indivíduos em uma sociedade”.

Ou seja, a concessão de condições materiais mínimas são essenciais ao exercício de outros direitos formais dos indivíduos, como por exemplo a liberdade e o próprio exercício da cidadania. É dizer que o indivíduo precisa desenvolver seu intelecto, bem como outras potencialidades, para saber realizar escolhas, isso só é possível por meio da educação.

Um analfabeto encontrará dificuldades praticante insuperáveis para se expressar e ter acesso à informação. Uma pessoa doente ou faminta não conseguirá realizar as suas escolhas existenciais mais importantes, pois a sua condição absolverá todas as suas forças e energias. Portanto, a liberdade para pessoas reais realmente pressupõe a garantia do mínimo existencial (SARMENTO, 2016, p. 191).

É dizer que o Estado tem o dever de “empoderar” os indivíduos para o exercício de suas liberdades positivas, é “dele tarefa colocar à disposição os meios materiais e implementar as condições fáticas que possibilitem o efetivo exercício das liberdades fundamentais

(SALET, 2001, p.15)'. Sarmiento (2016, p. 153) diz que não basta a remoção dos obstáculos externos à realização das escolhas, mas também é indispensável assegurar os meios necessários para que a liberdade seja efetivamente fluída.

Sarlet (2007b, p.108) coloca que apesar do direito ao mínimo existencial para uma vida digna não está expressamente consagrado pela Constituição, seu fundamento e no direito à vida e no dever do Estado de prover as condições mínimas para uma vida com dignidade.

Dadas essas colocações que disseram respeito ao conceito do instituto em voga, cumpre-nos ainda a tarefa de buscar a disposição de quais direitos e prestações compõem o mínimo existencial. Percebe-se que há uma grande vagueza e imprecisão em se determinar objetivamente um rol que defina quais seriam esses direitos, uma vez que a lei não os elenca, restando à doutrina por meio de uma hermenêutica jurídica, preencher essa lacuna.

O problema das construções do mínimo reside justamente em como se estabelecer o quantum do direito por ele assegurado. Seria protegido apenas um mínimo vital (necessário tão somente à manutenção da mera existência fisiológica), ou poder-se-ia cogitar da tutela de um mínimo existencial sociocultural (que destina a garantir conteúdos necessários não só à vida biológica, mas também à inserção do cidadão em seu meio social)? Ainda, somente tal mínimo integraria o conteúdo jusfundamental da norma de direito social (PIVETTA, 2014, s/p).

Torres (1989, p. 29) traz à baila essa questão da imprecisão e da carência de um conteúdo específico do mínimo existencial. Isso se dá, principalmente por “abranger qualquer direito, ainda que originariamente não-fundamental (direito à saúde, à alimentação, etc.), considerado em sua dimensão essencial e inalienável”. Ainda há a questão de não poder ser mensurável, “por envolver mais os aspectos de qualidade que de quantidade, o que torna difícil estimá-lo, em sua região periférica, do máximo de utilidade (maximum welfare, Nutzenmaximierung), que é princípio ligado à ideia de justiça e de redistribuição da riqueza social”. O autor encerra suas colocações dizendo que a determinação desses direitos mínimos “é uma incógnita muito variável”.

A primeira parte do art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, traça alguns preceitos para definir os direitos formadores do mínimo existencial, nele entendido como “nível adequado de vida”, ao dispor que “Os Estados Membros do presente pacto, reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”.

Sarmiento (2016, p. 210) coloca que o “mínimo existencial não pode se limitar às condições necessárias à sobrevivência física”. Deve-se ampliar o leque de prestações devidas

do Estado aos seus jurisdicionados para uma vida com dignidade, “abrangendo também o mínimo sócio cultural”.

Com a diversidade de proposições, bem como a inexistência de um rol taxativo disciplinado em lei acerca de quais seriam as prestações mínimas de eficácia jurídica positiva, devidas pelo Estado aos seus jurisdicionados, vê-se que poucos autores que estudam o instituto atrevem-se apontar *o quantum* de direitos compõem as prestações mínimas devidas pelo Estado.

Dada essa carência, importante contribuição é dada ao debate por Barcellos (2008, s/p), que elenca um rol composto por quatro direitos elementares, sendo três materiais e um formal, a saber: a) educação fundamental (entendida como o primeiro grau); b) saúde básica (sendo essa composta por prestação de serviço de saneamento, o atendimento materno-infantil, ações de medicina preventiva e de prevenção epidemiológica) c) assistência aos desamparados; e, d) acesso à justiça.

Sarmiento (2016, p. 218) critica essa definição de Barcellos por entender que esse elenco é incompleto pois excluir alguns direitos “umbilicalmente ligados à dignidade da pessoa humana, como moradia”. Para o autor, é preferível que se preserve a abertura inerente à categoria, “inclusive para que ela possa se estender a necessidades básicas cujo reconhecimento resulte de evoluções sociais no plano material ou cultural (SARMENTO, 2016, p. 219).

O mínimo existencial relacionado ao conceito de pobreza absoluta é assinalada por Torres (1989, p. 30) com sem “definição apriorística, por ser variável no tempo e no espaço e, não raro, paradoxal, surgindo tanto nos países ricos como nos pobres”. Dessa forma, para o referido autor, seria impossível fixar um rol de direitos que o compõe.

Resta dizer que a teoria do mínimo existencial, como um todo, também não é isenta de críticas. “A crítica afirma que a ordem constitucional deveria aspirar à justiça social, e não se contentar com a garantia de um mínimo existencial para aplacar a miséria”. Em sendo assim, o mínimo existencial é associado “a uma visão elitista e excludente, próprio do neoliberalismo”. É que assim sendo, a teoria do mínimo existencial estaria limitando a atuação do Estado na ceara social e preservando a essência das estruturas econômicas do capitalismo (SARMENTO, 2016, p. 74).

Por último, vale salientar ainda que se elegeu como teoria do mínimo existencial a que é trazida por Ana Paula de Barcellos. Dada a crítica, faz-se necessário adotá-la, já que é das poucas a elencar um rol de direitos que compõem o instituto. Conforme capítulo que se segue, optou-se por fazer uma pesquisa de campo em comunidades ribeirinhas do município de

Pauini-AM, com a finalidade de constatar ou não, a efetividade dos direitos e garantias daquelas comunidades, daí a necessidade de se adotar um posicionamento claro a respeito do *quantum* de direitos caracterizam o mínimo existencial.

2.2 RESERVA DO POSSÍVEL

Quando se fala em teoria do mínimo existencial, existe um debate que é sempre suscitado, qual seja, o da “reserva do possível”, tese de defesa do Estado quando acionado no judiciário para prestar algum direito que venha descumprindo. É lógica a propositura de que “não basta ter boas intenções”, ou uma série de direitos sociais insculpidos no texto constitucional. É necessário verem-se realizados no plano prático. “Cabe, pois, discutir quando e em que medida os limites financeiros podem justificar a não realização dos direitos fundamentais (CAMBI, 2009, p. 381)”.

A origem do instituto “reserva do possível” (Vorbehalt des Möglichen) foi difundida após a decisão do Tribunal Constitucional alemão, em 1972, no caso conhecido como Numerus Clausus. Tratava-se da validade da limitação do número de vagas em universidades públicas daquele país. Não há, na Constituição alemã, a garantia do direito à educação. O tribunal entendeu que a liberdade profissional exigia, em alguma medida, o acesso ao ensino superior. Porém, tal direito “se encontrava sob a reserva do possível, no sentido de estabelecer o que o indivíduo pode razoavelmente exigir da sociedade” (SARMENTO, 2016, p. 229).

A reserva do possível diz respeito à impossibilidade financeira do Estado de prestar aos seus jurisdicionados todos os direitos e garantias a que esses possuem, por insuficiência e escassez de seus recursos, visto que nem tudo que é desejável ao Estado de se realizar, é possível. É nesse sentido que preleciona Mendes (2013, p. 162):

Os direitos a prestações notabilizam-se por uma decisiva dimensão econômica. São satisfeitos segundo uma conjuntura econômica, de acordo a disponibilidade do momento, na forma prevista pelo legislador infraconstitucional. Diz-se que esses direitos estão submetidos à *reserva do possível*. São traduzidos em medidas práticas tanto quanto permitam as disponibilidades materiais do Estado (grifo do autor).

Sendo assim, o objetivo do instituto da *reserva do possível* é de procura identificar o fenômeno econômico da limitação dos recursos disponíveis diante das necessidades sempre infinitas a serem supridas na concretização dos direitos sociais. Saber quando incide ou não é questão de difícil solução que demanda uma análise mais profunda, ainda mais quando se fala em mínimo existencial (CAMBI, 2009, p. 382).

No Brasil, o instituto ganhou visibilidade a partir de sua utilização pelo atual ministro do STF Celso de Melo em ADPF 45/DF, em que figurou como relator. O ministro relativiza o instituto, como se verá mais a frente, e em seu voto, traz o conceito e de sua hipótese de aplicação da reserva do possível:

É que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais - além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização - depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política (ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Informativo/STF nº 345/2004).

Sarmento (2016, p. 230) atribui à reserva do possível três componentes: sendo o primeiro o fático, que se refere à existência dos recursos para a satisfação da prestação; o segundo é o elemento jurídico que diz respeito à existência legal do dever de prestação; e o terceiro e último se refere à razoabilidade da prestação, considerando os recursos limitados e todas os demais encargos devidos pelo Estado.

Sendo assim, a limitação dos recursos passa a ser considerada verdadeiro limite fático à efetivação dos direitos sociais prestacionais. Além da disponibilidade dos recursos, o destinatário da norma deve ter também a “capacidade jurídica, em outras palavras, o poder de dispor, já que lhe faltando essa, de nada adiantam os recursos existentes serem suficientes”. Dessa forma, passou-se a sustentar a colocação dos direitos sociais a prestacionais sob uma reserva do possível, que, compreendida em sentido amplo, abrange tanto a possibilidade, quanto o Poder Jurídico de disposição por parte do destinatário da norma (SARLET, 2001, p. 23 e 24).

Ainda compete tratar de uma questão que é sempre mencionada pelos autores quando falam em reserva do possível. Diz respeito às “escolhas trágicas”, expressão utilizada por Guido Calabresi e Philip Bobbitt em obra que trataram sobre escolhas alocativas moralmente complexas. Como explica Barcellos (2008, p. 265), essas escolhas trágicas são inevitáveis, uma vez que “decidir investir os recursos existentes em determinada área significa, ao mesmo tempo, deixar de atender a outras necessidades, ainda que a decisão de abandonar um campo não tenha sido consciente”.

Como já dito, há uma escassez de recursos que obriga o Estado a se confrontar com as “escolhas trágicas”, pois diante de múltiplas demandas, por vezes, é obrigado a eleger

prioridades dentre “diversas necessidades e exigências legítimas” (SARMENTO, 2016, p. 229).

Com isso, ao mesmo tempo que o Estado aloca recursos em uma área/demanda, está, inevitavelmente, retirando a possibilidade de investimento em outra e diminuindo seu orçamento.

Enfim, tem-se que a reserva do possível tem natureza de matéria de defesa para o Estado. O instituto diz respeito à limitação financeira que possui o ente público maior, frente aos anseios dos cidadãos pela concretização dos seus direitos. Dada a grande demanda por prestações por parte do Estado, frente à sua limitação orçamentária, esse se vê, por vezes, levado a realizar “escolhas trágicas”. O que implica, em algum momento, no abandono da concretização de certos direitos em favor de outros.

2.3 MÍNIMO EXISTENCIAL X RESERVA DO POSSÍVEL

Pelo exposto até aqui, tem-se de um lado o mínimo existencial como um conjunto de prestações mínimas devidas pelo Estado aos seus jurisdicionados, sem as quais há o comprometimento da dignidade da pessoa humana. E do outro, a cláusula da reserva do possível que se consubstancia na existência de disponibilidade financeira limitada do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas, dentre elas, aquelas relacionadas ao mínimo existencial.

Compete discutir a hipótese de incidência do mínimo existencial frente à alegação da cláusula da reserva do possível, quando demandado o Estado para a concretização dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Cambi (2009, p. 77) é contrário à incidência da reserva do possível, frente a uma demanda para a concretização do mínimo existencial, por entender que jamais pode ser utilizada como “argumento capaz de restringir ou afastar a jusfundamentalidade do direito à saúde ou de qualquer direito social, tendo em vista que os direitos de liberdade podem também reclamar o dispêndio de recursos financeiros do Estado [...]”. Isso porque se trata de um dever do ente público correspondente ao direito subjetivo dos indivíduos, independentemente de ser custoso.

A respeito dessa prevalência do mínimo existencial, Pivetta (2014, sp) explica que há dois grupos que diferenciam suas correntes doutrinárias quanto à relação que fazem entre o mínimo existencial e a fundamentalidade dos direitos sociais: de um lado “o mínimo existencial como teto máximo e do outro mínimo existencial como piso mínimo”.

Aqueles que aderem à primeira corrente utilizam o mínimo existencial como parâmetro para marcar como limite máximo do conteúdo prestacional dos direitos fundamentais. Em sendo assim, as prestações que formam o mínimo existencial teriam natureza vinculante, devendo ser aplicadas de imediata, inclusive “sindicáveis mediante demanda judicial” (Esta é a posição, entre outros, de Ricardo Lobo Torres, que restringe a jusfundamentalidade dos direitos sociais ao seu conteúdo essencial).

Do outro lado, os que aderem ao posicionamento do mínimo existencial como piso mínimo, entendem que os “conteúdos prestacionais mínimos, imediatamente exigíveis inclusive pelo Poder Judiciário, não constituem barreira ao reconhecimento da existência de outras parcelas normativas igualmente reclamáveis”.

Nisso, há importante diferenciação para a aplicação dos direitos formadores do mínimo existencial. Em sendo considerada a primeira corrente, “as prestações integrantes do mínimo existencial seriam imediatamente aplicáveis (comandos definitivos)”. Do outro lado, “os conteúdos que extrapolassem do mínimo estariam sujeitos à ponderação no caso concreto (comandos *prima facie*)”. Sendo assim, haveria a necessidade das prestações mínimas concorrerem com as demais¹.

O Ministro Celso de Melo, na ADPF 45/DF, é favorável à relativização da incidência do mínimo existência sobre a reserva do possível, devendo haver, para tal, justo motivo:

Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese - mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência. Cumpre advertir, desse modo, que a cláusula da “reserva do possível” - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade.

Sarmento (2016, p. 232), entende também como relativa a oponibilidade absoluta do mínimo existência sobre a reserva do possível, diz que “pode-se afirmar pelo menos a forte prioridade das prestações concernentes ao mínimo existencial em relação a todas as demais despesas estatais, suscetíveis inclusive de controle judicial”.

Em sendo assim, deve o Estado dar prioridade, em sua gestão do orçamento público, às políticas que se voltam à concretização das prestações mínimas devidas aos seus

¹ HACHEM, Daniel Wunder. A jusfundamentalidade dos direitos sociais... cit., f. 58. Ainda, nesse sentido, cf. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais... cit., p. 350.

governados. Não é justo que se façam gastos de outra ordem, como por exemplo aqueles supérfluos, unicamente para o embelezamento das cidades, quando não atende aos direitos mínimos do cidadão.

A meta central das Constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida, como já exposto, na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência. Ao apurar os elementos fundamentais dessa dignidade (o mínimo existencial), estar-se-ão estabelecendo exatamente os alvos prioritários dos gastos públicos. Apenas depois de atingi-los é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir. O mínimo existencial, como se vê, associado ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, é capaz de conviver produtivamente com a reserva do possível (Barcelos, 2008, p. 271).

Enfim, a partir dessas proposituras, pode-se concluir que o Estado é compelido à busca da concretização dos direitos fundamentais prometidos aos seus cidadãos na Constituição. Dada à impossibilidade fática, pela limitação financeira a qual possui, é ao menos razoável que busque em primeiro a satisfação, na maior medida, das prestações mínima aos seus governados. Portanto a técnica de orientação dos gestores públicas ao executar as políticas de satisfação de direitos fundamentais, deve dá prioridade ao mínimo existencial, frente a outras política e decisões.

3 - POVOS RIBEIRINHOS, SUA REALIDADE E SUAS NECESSIDADES

Neste capítulo há três objetivos a serem alcançados: o primeiro diz respeito à conceituação do que seja o objeto de estudo, os povos ribeirinhos, bem como sua posição jurídica frente ao Estado; o segundo objetivo é a apresentação de dados coletados em campo, a respeito da efetividade dos direitos desses povos; por último, buscar-se-á realizar a análise dos dados expostos, a fim de se chegar à definição quanto ao cumprimento ou não do mínimo existencial na comunidade pesquisada.

Somente a partir dessa análise é que se poderá avançar no trabalho, para então discutir a questão principal: se há ou não legitimidade na atuação ativista do judiciário para a concretização dos direitos mínimos dos povos ribeirinhos.

3.1 POVOS RIBEIRINHOS E SUA CONDIÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITOS

Frente à existência de pouco estudo a respeito dos povos ribeirinhos, é desafiadora a tarefa de conceituá-los bem como situá-los dentro do plano jurídico, o que não se desincumbe dessa. Quando se fala em povos ribeirinhos, a literatura sempre os situa dentro do conjunto dos povos tradicionais, uma vez que eles, tal quais os demais, possuem um modo de vida específico.

As populações tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo. (DIEGUES apud FRAXE, 2007, s/p).

Paul E. Little (2002, s/p), no condão de definir os povos tradicionais, corrobora a questão da relação dos povos tradicionais. Esse autor vê no conceito a presença de três fatores: “a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade”.

De fato, há nos povos ribeirinhos, como se verá a seguir, esse sentimento de “pertencimento ao lugar que habitam”, mesmo com as grandes dificuldades que atravessam para sobreviverem. Prova disso está na permanência desses em seu território natural.

Nessa perspectiva, a própria Constituição além dos direitos e garantias fundamentais

individuais e coletivos, que são direcionados a todos os brasileiros (art. 5º, *caput*) assegura aos povos tradicionais o seu modo de criar, fazer e viver (art. 216, II).

É oportuno também, que se situe os ribeirinhos em um grupo menor ainda, qual seja o dos “povos amazônicos”. Para o ribeirinho, o rio institui o fundamento de sobrevivência, graças, sobretudo às terras férteis de suas margens. Sendo que também se apresenta como via de transporte. “Geralmente os ribeirinhos dividem o tempo entre a agricultura (roçados) e a pesca artesanal, o que consiste na pesca de subsistência (SANTANA, 2013, p. 48).

Outro fator que dificulta o acesso aos serviços ofertados pelo Poder Público é a distância dos grandes centros. Nos centros urbanos é mais fácil para o Estado prestar serviços. Fraxe (2007, p. 67) relata que “a atuação de médicos, dentistas e outros agentes de saúde especializados nas comunidades é fato raro e esporádico, principalmente nos locais mais longínquos, e este isolamento impõe dificuldades enormes [...]”.

As populações que vivem nas comunidades ribeirinhas, que apesar da riqueza e extensão da região, constituem uma população que clama por melhoria de condições de bem-estar econômica e social. Além disso, deve ser considerada a insuficiência dos meios de transporte e comunicação que estas comunidades enfrentam. Assim, a via fluvial é a mais utilizada forma de transporte nessas localidades (COSTA, SARMENTO, Apud SANTANA, 2013, p. 50).

Em sendo assim, a concretização dos direitos fundamentais em países de modernidade tardia, como é o caso do Brasil, deve priorizar as prestações possíveis e indispensáveis (mínimo existencial) às populações mais carentes (posição que ocupa os ribeirinhos), sem desconsiderar a realidade orçamentária do Estado (reserva do possível).

“A tutela do direito fundamental ao mínimo existencial também há de considerar as circunstâncias concretas de cada pessoa”. Assim sendo, tem-se que é direito de todos, pelo princípio da igualdade material, a proteção do mínimo existencial. Do outro lado, o princípio da igualdade material, fundamento do Estado social, dado que não possuem, reclamam atuação diferenciada, à medida que estão em condição de hipossuficiência (CAMBI, 20089, p. 437).

Dessa forma, surge para o Estado o desafio de concretizar as prestações devidas aos ribeirinhos. Com a oferta de serviços que lhes são necessários e indispensáveis a uma vida com dignidade. Para tanto, há a necessidade de formulação de instrumentos possíveis a esse fim.

3.2 DA PESQUISA

Dadas essas colocações acima, para maior fidelidade ao presente trabalho, foi desenvolvida uma pequena pesquisa de campo. Com fito é de se aproximar da realidade do ribeirinho. Contudo, não há margem de confiança (estatística) para demonstrar que se pode estender suas conclusões à todas as populações ribeirinhas do país. Doutro lado, a pesquisa mostra-se como base concreta e relato fiel para, a partir de então, desenvolver entendimento a respeito dos serviços que são ofertados aos ribeirinhos da cidade de Pauini-AM.

Foram percorridas seis comunidades ribeirinhas do município de Pauini-AM, sendo elas: Comunidade Maquirí, Canacuri II, Aldeia Cacirí, Canta Galo, Boca do Pauini e Comunidade Içá. Essas localidades estão dispostas nas margens do Rio Purus, entre as cidades de Pauini e Boca do Acre, dentro do território do primeiro.

Como se pretende buscar a realidade protagonizadas pelas comunidades do referido município e, dado ao grande número de povoados que se formam ao longo da margem do rio que o corta, optou-se pela coleta de amostragem, “uma parte escolhida, segundo critérios de representatividade, na população” ribeirinha daquele município (SILVEIRA e OUTROS, 2004, p. 111). Sendo assim, busca-se retratar o todo da realidade social dos povos ribeirinhos do Município de Pauini, a partir do estudo da parcela pesquisada.

Ainda a respeito da escolha da população a ser pesquisada, essa se deu de forma aleatória. Dada à diversidade da formação dos povoados, em que não há uma regularidade no quantitativo de pessoas que os compõem. Foram realizadas entrevistas naqueles com maior número de moradores, sendo esse o único critério adotado na escolha. Sendo assim, em cada uma delas foi aplicado um único questionário. Isso é em razão da natureza da pesquisa, uma vez que os questionamentos dizem respeito à realidade da comunidade como um todo e não do entrevistado em si.

O tipo da pesquisa realizada foi a exploratória/descritiva, para descrever a realidade protagonizada pelas populações ribeirinhas da área eleita.

O método utilizado no trabalho para a construção do questionário foi o quantitativo e o qualitativo. O primeiro porque voltar-se-á “a retratar a sociedade por meio do emprego de variáveis e estudos estatísticos”, e o segundo porque “narrará a sociedade em ação”, com a interpretação das condições a que estão sujeitos os povos ribeirinhos (SILVEIRA e OUTROS, 2004, p. 109).

O questionário aplicado foi dividido em quatro blocos: o primeiro com perguntas a respeito da “realidade da educação da localidade”, em que se busca aferir as condições do

ensino que é oferecido naquelas comunidades; o segundo diz respeito à “saúde básica”, em que se questiona se há o oferecimento dessa e, se sim, qual a qualidade; o terceiro bloco é o da “assistência social”, em que procurou-se saber a respeito das ações do Estado para o auxílio aos desamparados; e por último, o “acesso à justiça”, a qual se busca saber se aquelas comunidades de fato tem acesso ao Poder Judiciário.

Essa construção se deu a partir da teoria do mínimo existencial desenvolvida por Ana Paula de Barcellos, como já referido, tendo em vista a variação teórica dos direitos que compõem tal instituto.

Enfim, realizada a pesquisa, dentro dos métodos aqui apontados. Partir-se-á agora para análise desses dados coletados, com o fito de constatar, na realidade dessas comunidades, se há ou não o descumprimento por parte do Estado dos direitos mínimos desses povos. Daí a importância da caracterização do inadimplemento do Estado com esses povos para então discutir possibilidades de ações no sentido de dá efetividade aos seus direitos e garantias.

3.3 DA ANÁLISE DOS DADOS

Dadas as considerações em tópico anterior, a respeito de como se deu a realização da pesquisa exploratória, desenvolver-se-á a análise dos dados conforme foi feito no questionário. O objetivo foi de fracionar a pesquisa em quatro partes (a educação fundamental, a saúde básica, a assistência social e o acesso à justiça) e realizar a análise e os apontamentos pertinentes, para que ao final se chegue a conclusão do objetivo da pesquisa.

3.3.1 A educação fundamental

A respeito da existência de escolas na localidade, entre as pesquisadas, em 05 (cinco) delas afirmativas positivamente, sendo que apenas na comunidade “Canta Galo” foi constatada a ausência de escola. O entrevistado dessa localidade disse que as crianças se deslocam para outra comunidade, a fim de frequentar sala de aula. Nas comunidades em que há escola, todas afirmam ser um prédio de madeira. Em sendo duas delas, os entrevistados declararam que são más as condições do prédio.

Consoante entrevista, obteve-se informação de que o prédio escolar da localidade denominada “Içá” está em desuso, pois só é ofertado ensino infantil até a 4ª série, sendo que todas as crianças que ali residem já alcançaram esse grau escolaridade.

Com exceção da liderança da comunidade “Aldeia Caciri”, que informou que os

alunos daquela localidade têm ensino até a 5ª série; em todos os outros só é ofertado educação até a 4ª série.

A respeito das condições do ensino, em três delas disseram haver material. Em todas, declaram não existir merenda para os alunos. Da mesma forma, é unânime a declaração de inadequada infraestrutura do prédio. Afora o representante da comunidade “Canacuri II”, todos disseram considerar os professores que lecionam preparados para o ensino/realidade.

Por fim, alguns fizeram comentários sobre a educação em geral; neles pedem por “melhores condições de ensino”, “oferta de vagas em séries mais avançadas”, “professores mais preparados”, entre outros.

A esse respeito, para Barcellos (2008, p.289) quando se fala em direito à educação, esse é concretizado minimamente quando o Estado oferece aos indivíduos a educação fundamental, entendida como “os primeiros nove anos de escolaridade, da primeira a nona série do primeiro grau, na forma como os currículos escolares brasileiros são hoje organizados”.

Diante disso, vê-se flagrante descumprimento dessa parcela do mínimo existencial, uma vez que há localidades, como é caso da comunidade “Canta Galo”, que sequer existe escola. Em quatro delas só são ofertadas aulas até a 4ª série do ensino fundamental e em uma até a 5ª série. Na comunidade Içá, foi constatado que há aula por falta de oferta de ensino em séries mais avançadas.

Enfim, como lembra Barcellos (2008, p.291) “O direito à educação fundamental envolve, ainda, prestações que assegurem condições de real aproveitamento para o aluno”. Não é ofertado aos ribeirinhos das comunidades pesquisada: merenda, material escolar, estrutura adequada e nem professores preparados. Prejudicando assim a qualidade do ensino que é ofertado só até a 4ª série. Obrigando os filhos dos ribeirinhos a migrarem de seu lugar para buscar a complementação dos estudos.

Como já dito, os ribeirinhos possuem um sentimento de “pertencimento ao lugar que habitam”, sendo que a Constituição assegura aos povos tradicionais o seu modo de criar, fazer e viver (art. 216, II). A não oferta de ensino a eles, leva à consequente migração para a cidade, pondo em risco até a extinção desses povos. Portanto flagrante descumprimento de preceito constitucional a não oferta de condições para permanência desses povos em seu lugar de origem.

3.3.2 A saúde básica

O primeiro questionamento referente à saúde básica, é da existência ou não de posto de saúde na localidade. Dos seis entrevistados, cinco responderam que não há. Foi relatado que na comunidade Maquirí existe um prédio de madeira, porém não é utilizado pela falta de pessoa e de material hospitalar.

Em quatro das comunidades (Maquirí, Canacurí II, Içá e Boca do Pauini) os entrevistados disseram que há somente um agente comunitário de saúde para atendê-los. Em duas dessas, o agente apenas realiza visitas. Foi dito ainda que há atendimento de saúde itinerantes nas comunidades Canta Galo e Aldeia Cacirí, sendo que o representante da primeira comenta que é bastante esporádica a ocorrência.

Consoante entrevista, obteve-se informação de que são realizadas consultas médicas e distribuição de remédios por meio das embarcações itinerantes da saúde à comunidade Canta Galo, não sendo frequente. Em todas as outras as respostas foram negativas, quando indagados a respeito da realização de exames, consultas médicas e distribuição de medicamentos.

Quando indagados sobre a ocorrência de atendimento materno-infantil (entendido como aquele direcionado à gestante e à criança), somente na comunidade Aldeia Cacirí foi relatada a ocorrência, sendo, de igual forma, por meio de embarcações itinerantes. Todos os demais foram unânimes em negar que exista oferta desse serviço à comunidade. Sendo necessário o deslocamento das gestantes à cidade para obtê-lo.

A respeito das ações de medicina preventiva, cinco dos entrevistados relataram que há campanhas de vacinação realizadas por embarcações da saúde itinerante do município. Em uma delas foi dito que é necessário se deslocar até a cidade para tomar a vacina. Com respeito à pulverização de inseticida para controle de insetos que podem transmitir doenças, todos disseram não haver.

Sobre saneamento básico, há unanimidade nas declarações de inexistência, uma vez que o Poder Público não oferta água tratada para o consumo humano, tão pouco rede de esgoto nas localidades.

Por último, o total dos entrevistados declararam que não há, na comunidade, oferta por parte do Estado de atendimento médico especializado para as crianças que ali residem.

Para Barcelos (2008, p. 313) a saúde básica é atendida, minimamente, quando observadas quatro prioridades estabelecidas no texto constitucional, a saber: I – a prestação de serviço de saneamento (art. 23, IX, 198, II, e 200, IV); II – atendimento Materno-infantil (art.

227,§1º, I); III – ações de medicina preventiva (art. 198, II); e IV – as ações de prevenção epidemiológicas.

Com relação ao primeiro, é flagrante o descumprimento, já que todos declararam que não há oferta de saneamento básico, tão pouco de água tratada para o consumo das famílias. Todos os entrevistados disseram que não ocorre nas localidades atendimento pré e pós-natal para gestantes e atendimento das crianças, também não é ofertado um parto saudável. Quando necessitam, é preciso que as gestantes se desloquem até a cidade, o que se torna pesaroso para essas. Evidenciando-se o descumprimento desse direito.

Com relação aos itens III e IV, as ações de medicina preventiva e as ações de prevenção epidemiológicas, Barcelos (2008, p. 314) os identifica como “um conjunto especialmente amplo de ações de saúde”. Neles estão contidas ações como: a aplicação de vacinas e pulverização de substâncias para o extermínio de moléstias etc.

Sendo assim, pode-se concluir que há o cumprimento, em parte, dessas prestações devidas pelo Estados a esses povos, já que, com exceção de um entrevistado, todos disseram que são realizadas campanhas de vacinação nas localidades por meio de embarcações de saúde itinerante pelo Município. Quanto às outras ações, é negativo o relato de todos os entrevistados.

3.3.3 A assistência social

A assistência aos desamparados se concretiza, afora as formas já institucionalizadas pela Constituição Federal, como o fornecimento de um salário mínimo para o idoso ou deficiente que não tenha condições de prover, por si ou sua família, sua subsistência humana, seu conteúdo é dado pelas condições mais elementares que se exigem para a subsistência humana: alimentação, vestuário e abrigo (BARCELLOS, 2008, p. 203 e 321).

Em resposta à entrevista, os líderes da comunidade Içá e Maquirí afirmaram que os idosos e deficientes recebem auxílio do governo, sendo negativa as respostas dos demais. Quanto às famílias em situação de vulnerabilidade, os representantes das seis comunidades afirmaram que os moradores fazem parte do programa do governo federal “bolsa família”, que faz repasses financeiros às famílias de baixa renda, dentro de critérios estabelecidos por esse.

Posto isso, tem-se que há um cumprimento dessa prestação por parte do Estado, dentro da teoria que se elege, senão no todo, mas em grande parte. Não se verificou a

ocorrência de programas sociais a nível estadual e municipal, porém é evidente que as ações do Governo Federal têm alcançado esses povos.

3.3.4 O acesso à justiça

Os principais questionamentos desse bloco de questões dizem respeito ao acesso físico ao judiciário, ao acesso material, à assistência judiciária e, por último, aos possíveis conflitos que ocorrem na comunidade. Esses balizamentos são dados pela professora Ana Paula de Barcelos, e ao final desse tópico serão retomados.

A respeito do acesso físico, foi perguntado aos entrevistados se as pessoas que residem naquelas localidades teriam condições de chegar até um fórum, caso precisassem. Metade dos entrevistados disseram que sim, que se precisassem poderiam chegar até o Poder Judiciário. A outra metade declarou que não.

No que diz respeito ao acesso material, foram indagados se já precisaram promover uma ação na justiça, e, em sendo afirmativa a resposta, se foram atendidos. Cinco dos entrevistados disseram que nunca precisaram promover ação na justiça e não têm conhecimento de qualquer morador que o tenha. Apenas um deles declarou que já precisaram do auxílio do judiciário, por conta de conflitos com pescadores, porém não chegaram a acioná-lo.

Quando indagados sobre a presença do Poder Judiciário por meio de outras ações, como por exemplo a justiça itinerante, todos os entrevistados declararam que não há. Alguns disseram que nunca presenciou a passagem de embarcações do judiciário, outros que nunca ouviram falar de tais ações.

A respeito da assistência judiciária, foram unânimes ao declarar que não há atendimento nas comunidades ribeirinhas por parte da Defensoria Pública. Cinco dos entrevistados sequer souberam dizer o que é Defensoria Pública; apenas um deles disse saber.

Por último, foram indagados se há a ocorrência de conflitos na comunidade que necessitam de atendimento e orientação do Poder Judiciário. Quatro dos entrevistados disseram que não há conflitos na comunidade e que não precisam do Poder Judiciário. O líder da comunidade Canacurí declarou que ocorre conflitos com índios, relacionado ao território. De igual forma, o representante da comunidade Içá declarou que há conflitos com índios e com pescadores e que em razão disso necessitam de orientação jurídica.

Como já referido, tomou-se como referencial do mínimo existencial a teoria desenvolvida por Barcellos (2008, p. 325). A autora trata-o sobre três aspectos, a saber:

Para a autora, o aspecto físico diz respeito ao acesso propriamente dito ao judiciário, ou seja, o contato em si com o juízo, o adentrar às portas de um fórum ou outro estabelecimento da justiça. Esse é um dos principais aspectos desse direito, uma vez que sem ele é impossível a realização de todos os outros.

O aspecto jurídico trata da disposição constitucional contida no art. 5º, XXXV da CF, que diz; “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Essa norma se refere a qualquer sujeito ativo da demanda que se insurja contra direito dos cidadãos. É no momento em que o indivíduo se dirige ao judiciário e postula seu direito material que este aspecto é realizado.

Enfim, verificou-se que metade dos entrevistados não tem condições de acesso físico ao judiciário. Como já dito, os ribeirinhos formam comunidades ao longo das margens dos rios amazônicos, e essas aglomerações costumam ser distantes dos centros urbanos. O único meio de transporte para eles é o barco ou a canoa, o que dificulta a ida até a cidade, e por consequência, de chegar até o judiciário. Assim sendo, o judiciário precisa promover formas de ir até eles. A justiça itinerante é um caminho.

A impossibilidade do acesso físico, por consequência, prejudica o acesso jurídico e material, uma vez que para pleitear a proteção efetiva do Estado, necessário se torna chegar até ele. A esse respeito, consoante às entrevistas realizadas foram obtidas declarações de que jamais precisaram promover uma ação na justiça, sendo que apenas um deles declarou que já precisaram do auxílio do judiciário. Isso entra em contradição com a realidade aferida, visto que os direitos desses povos não vêm sendo realizado, como já apresentado.

Com isso, verifica-se que os direitos e garantias desses indivíduos são violados, imediatamente, poderiam se socorrer com o Poder Judiciário, porém não possuem a consciência que dele necessitam.

Por fim, nas comunidades pesquisadas, a ausência do judiciário é total. Não há também a presença do Ministério Público, tão pouco da Defensoria Pública. Sendo que foi relatada a ocorrência de conflitos com pescadores e madeireiros, o que enseja a proteção e a orientação jurídica para esses povos.

4 - O ATIVISMO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS MÍNIMOS DOS RIBEIRINHOS, LEGÍTIMO OU NÃO?

Neste último capítulo, trar-se-á à baila o que se entende como tripartição dos poderes, bem como sua consagração como um dos pilares da Constituição Federal de 1988. Tratar-se-á do que se entende por ativismo judicial, e, por último a discussão de sua legitimidade frente ao Estado Democrático de Direito, acentuado na tripartição dos poderes.

A pretensão é chegar a um consenso se assiste ou não legitimidade para o Poder Judiciário ao determinar a instituição de ações ao poder executivo para concretizar direitos fundamentais. Em via reflexa, discutir o ativismo judicial como instrumento possível à concretização dos direitos mínimos dos povos ribeirinhos da cidade de Pauini-AM.

4.1 A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Em momento anterior, quando se falou no surgimento e nas características do Estado Liberal, abordou-se a respeito da tripartição dos poderes, contudo faz-se necessário regatar a temática e dar enfoque a ela sobre seu novo contexto, qual seja, o de princípio fundamental do nosso atual Estado Democrático de Direito.

Como lembra Fernandes (2014, p. 291), as primeiras bases para a teoria da separação dos poderes são provenientes do pensamento de Aristóteles, que “vislumbrava a necessidade de fragmentar as funções administrativas da *pólis*, principalmente a necessidade de separação entre administração do governo e solução de litígios existentes na comunidade”. Mais adiante, Montesquieu, inspirado no pensamento de Locke, viu a necessidade de conectar as funções do Estado, com o fito de “manter a autonomia e a independência que lhes são típicas nascendo daí a famosa *teoria dos freios e contra pesos (cheqs and balances)*”(grifo do autor). A respeito da teoria dos “freios e contrapesos”, falar-se-á mais adiante.

Nesse sentido, Silveira (1999, p. 75), esclarece:

Baseando-se na doutrina do inglês Locke, e aprimorando-a, o francês Montesquieu elaborou sua teoria tripartite de repartição do poder, lançada em seu famoso livro ‘o espírito das leis’. De acordo com ele, ‘esses três poderes deveriam formar uma pausa ou uma inação. Mas como, pelo movimento necessário das coisas, eles estão obrigados a caminhar, serão forçados a caminhar de acordo’. É dessa forma que o poder detém o poder.

Como já visto, esse pensamento foi adotado como uma das bases para a estruturação do liberalismo pós-revolução francesa. Nas constituições brasileiras, o princípio da divisão dos poderes sempre foi fundamento para o ordenamento jurídico. A Constituição do Império já adotara esta forma de organização dos poderes, conforme é a disposição que a deu “Benjamin Constant: Poder Moderador, Legislativo, Executivo e Judiciário. As demais Constituições assumiram a formulação tripartida de Montesquieu: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário (SILVA, 2008, p. 42)”.

Do conceito de separação dos poderes, Maluf (1998, p. 209), que trata-se da distinção do poder de Estado em três órgãos (legislativo, executivo e judiciário), “independentes e harmônicos entre si”. Nessa divisão, de forma harmônica e equilibrada revela a essência do sistema constitucional. O autor ainda lembra que não se deve entender o termo em sua forma literal, mas sim apenas como se organizam e funcionam separadamente. Os poderes, na verdade, devem “se entrosarem e se subordinarem mutuamente”.

Silva (2007, p. 108) ensina que A *divisão de poderes* incide em confiar cada uma das funções governamentais (legislativa, executiva e jurisdicional) a órgãos diferentes, uma vez que, se forem exercidas por um órgão apenas, haveria uma *concentração de poderes*.

A respeito da finalidade da presença do princípio da separação dos poderes inscrito na Constituição, em seu artigo 2º, como instituidor de resistência a poderes autoritários e, também como elemento garantidor dos direitos fundamentais, Bonavides (2005, p. 158) diz que “onde houver, pois, lesões à liberdade e ao Estado de Direito, aí sempre haverá lugar para invocar-se a tutela do princípio e conjurar prosperem ofensas aos valores que ele representa na ordem jurídica”.

Cabe lembrar, sem adentrar-se profundamente ao mérito, que cada um dos poderes exerce funções que lhes são típicas e atípicas. Dessa forma, o executivo, o legislativo e o judiciário “passaram a realizar funções típicas (não tradicionais) de sua natureza, mas ainda, por dicção constitucional, funções atípicas (não tradicionais), fiscalizando e limitando a ação dos demais”.

Iniciando pelas funções precípua de cada um, tem-se que, como preleciona Mendes (2013, p. 847), no conjunto de divisão das funções entre os Poderes da República, cabe ao Legislativo as tarefas precípua de legislar e de fiscalizar, dentre outras:

A referência ao Poder Legislativo contempla atividades diversas e variadas, que envolvem atos típicos de Chefia de Estado (relações com Estados estrangeiros, celebração de tratados), e atos concernentes à Chefia do governo e da administração em geral, como a fixação de diretrizes políticas da administração e disciplina das atividades administrativas (direção superior da Administração Federal) (MENDES, 2013, p. 909).

Ao Executivo cabe, além da tarefa de fazer valer a lei, fomentar o progresso por meio da educação, saúde, segurança pública. Como também, incentivar o desenvolvimento da economia e defender extremamente os interesses do país, conforme ensina Silveira (1999, p. 77).

Bulos (2014, p. 1279), ao conceituar a função precípua do Judiciário, diz que: “A função típica, imediata, primária ou própria do Poder Judiciário é, simplesmente, julgar. Compete-lhe dirimir conflitos de interesses, aplicando a lei nas hipóteses concretas, produzindo coisa julgada, formal e material, no que substitui a vontade das partes”.

Dessa forma, o Judiciário compõe conflitos de interesses em cada caso concreto, integrando o sistema de composição de litígios. Daí pode-se extrair o conceito de jurisdição, sendo este o poder-dever de aplicar as normas jurídicas ao caso concreto, não de uma forma mecânica e automática, mas de forma a observar os fins a que estas se destinam, qual seja, a concretização dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.

Quanto àquelas atividades atípicas dos poderes Bittencourt (2007, p.127) explica que muitas vezes ocorre que cada órgão de poder pode desempenhar atividades que originalmente deveriam ser de competência de “outro centro de decisão”. Como por exemplo: o Poder Legislativo realizar um leilão de veículos apreendidos (atividade originária do executivo), ou exercer atividade julgadora, como por exemplo, o caso do Senado que joga os crimes de responsabilidade do presidente da república (ar. 62 da CF).

O autor ainda fala na ocasião em que o Judiciário pode exercer atividade originalmente da administração, como é o caso da realização de concurso, por exemplo, ou legislar por meio de elaboração de regimento internos de seus órgãos colegiados. Por último, poderá o executivo legislar, por meio de medidas provisórias (art. 62 da CF), bem como efetuar julgamentos em processos administrativos.

Dadas essas ponderações, ainda compete falar a respeito de importante tema ligado à tripartição dos poderes, qual seja, o sistema de freios e contrapeso. Silveira (1999, p. 99) traz que essa doutrina é originária a partir do desenvolvimento da separação dos poderes na Constituição Americana. “ O *balance* originou-se na Inglaterra, pela qual a Câmara dos Lordes (os nobres) passaram a equilibrar (balancear) os projetos de leis advindos da Câmara dos Comuns (originários do povo)”. A finalidade desse balanceamento era de controlar os impulsos momentâneo das pressões populares pala aprovação de certos projetos com viés de demagogia.

O Autor ainda explica que o *check* surgiu quando o *Justice Marshal* declarou em sua opinião (emitida em 1803, no famoso caso *Marbusy x Madison*) que era missão constitucional

do Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade de atos do congresso quando esses não guardassem harmonia com a Carta Política do Estado.

A partir dessa teoria, tem-se então que nem a divisão de funções entre os órgãos do poder nem sua independência são absolutas. Há interferências, que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados (SILVA, 2007, p. 110).

Em síntese, como já dito acima, a tripartição dos poderes é proveniente do pensamento de Aristóteles que via a necessidade de fragmentar as funções da *pólis*. Mais tarde é desenvolvida por Locke e, em seguida, por Montesquieu, que entendia que deveriam haver três poderes distintos (um executivo, um legislativo e um judiciário) que caminhassem juntos e de forma autônoma. A partir da constituição americana, a visão da tripartição dos poderes passa a ser modernizada, de forma que esses devem funcionarem como “freios e contrapesos”, uns para com os outros.

Na Constituição Federal, o instituto está contido no artigo 2ª, dispondo que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Essa disposição o coloca como um dos princípios fundamentais (estruturantes) da Constituição, como foi visto, trazendo consigo a finalidade de barrar a tirania e os desmandos dos governantes sobre os governados.

Por último, é necessário salientar que sua posição e importância não deve ser vista como barreira inibidora de ações assecuratória de direitos por parte dos Poderes do Estado, mas sim como instrumento para a garantia e concretização dos direitos fundamentais de todos os indivíduos. É o que será discutido mais à frente.

4.2 O ATIVISMO JUDICIAL

Como observado até aqui, o Estado Democrático de direitos é produto de uma evolução dos seus fundamentos. O Estado Liberal tinha por característica a neutralização, ou seja, deveria haver uma não intervenção do ente maior sobre as relações econômicas e jurídicas dos indivíduos. De igual forma um afastamento do judiciário dessas relações.

É só no Estado do Bem-Estar Social que há “a explosão de litigiosidade marcada pela busca de efetivação dos direitos fundamentais sociais”. Essa revolução ampliou a visibilidade social e política dos juízes. A oferta de direitos sociais passou a ser cobrada. Não bastava a inscrição deles na Constituição, tornou-se necessário sua concretização. Dessa forma “[...] o

desempenho judicial adquiriu maior relevância social, mas também passou a ser mais questionado pelos meios de controle social (especialmente pela imprensa), tornando-se objeto de controvérsia pública e política (CAMBI, 2007, p.178)”.

Com isso, tem-se que a ação do Poder Judiciário, por meio do exercício da jurisdição, para fazer concretos os direitos fundamentais dos indivíduos, tarefa típica do Poder Executivo, é conhecido por Ativismo Judicial ou, como preferem outros, protagonismo judicial. Ao conceituar o instituto, o atual Ministro do Supremo Tribunal, Roberto Barroso (2008, s.p) preleciona que o ativismo judicial:

É uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance. Normalmente ele se instala em situações de retração do Poder Legislativo, de um certo descolamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva.

Toledo (2011, p. 11) traz um conceito bastante conciso e esclarecedor quando diz que o ativismo judicial é um “movimento” que propõe a legitimidade das decisões judiciais que impõem obrigações, sem, contudo, haver previsão legal expressa. Decorre da nova hermenêutica constitucional da interpretação dos princípios e das cláusulas abertas.

Diante disso, pode-se dizer que o ativismo tem ligação direta com a discricionariedade do juiz (no sentido de julgar de acordo com sua livre convicção), uma vez que ambos estão voltados “à realização de um telos [fim] específico e denotam a possibilidade de escolhas que orientam o agir estatal, permanecendo tais elementos umbilicalmente conectados”. Primeiramente que a discricção é orientada no sentido de possibilitar a adoção de certas condutas. O ativismo pode ser descrito, igualmente, como “*animus* que serve de motor para a mesma ação, que, a seu turno, contrapõe-se à neutralidade, ao quietismo (CIARLINI, 2013, p. 110)”.

No caso do Brasil, Sarmiento (2016, p. 227) preleciona que só nos últimos quinze passou-se a reconhecer que os direitos sociais desfrutam de aplicabilidade imediata, por força do disposto no art. 5º, § 1º, da Constituição, pois até então prevaleceu entre os cidadãos a ideia errônea de que esses direitos eram tutelados por “normas programáticas”, que, portanto, não geravam direitos subjetivos positivos.

Enfim, para esse trabalho, o ativismo judicial se constitui como um movimento que visa à concretização dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, por meio de uma atividade do Poder Judiciário, no sentido de, imperativamente, determinar que o executivo conceda determinadas prestações e direitos aos seus governados. Assim sendo, o Poder

Judiciário ocupa posição de protagonista na aplicação de determinadas políticas públicas que visem realizar direitos e garantias fundamentais.

4.3 O ATIVISMO JUDICIAL X A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES

Dadas essas considerações, tem-se de um lado a **tripartição dos poderes** adotada na Constituição como um dos princípios fundamentais (estruturantes) do Estado Democrático Direito, trazendo consigo a finalidade de barrar a tirania e os desmandos dos governantes sobre os governados. Funcionando assim como um sistema de “freios e contrapesos”, em que um poder deve conter o outro, porém devendo conviver de forma autônoma e harmônica. E do outro, o **Ativismo Judicial**, que, por sua vez, é a ação do Poder Judiciário, por meio do exercício da jurisdição, para fazer concretos os direitos fundamentais dos indivíduos, tarefa típica do Poder Executivo.

A Jurisdição é entendida como o poder que toca ao Estado, entre as suas atividades soberanas, de fazer formular atuar concretamente o regramento jurídico, disciplinando e as situações de fatos que lhes são apresentadas (THEODORO JÚNIOR, 2007, p.38).

Em sendo assim, o ativismo judicial constitui-se como intervenção sobre a função executiva do Estado, o que, em tese, constitui-se violação do princípio da tripartição dos poderes.

Doutro lado, há necessidades de que os direitos e garantias constitucionais, sob o aspecto de concretizações do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como dos valores da igualdade, liberdade e justiça, constituem condição de existência e medida da legitimidade de um autêntico Estado Democrático e Social de Direito, tal qual como consagrado também em nosso direito constitucional positivo (SARLET, 2007b, p. 74).

Dessa problemática surge o ponto mais alto deste trabalho, qual seja: a discussão a respeito da legitimação (ou da falta dela), no momento que o Poder Judiciário invade competência típica dos Poderes Executivos e Legislativo, para fazer valer os direitos fundamentais dos jurisdicionados. Dentro desse diapasão, discutir-se-á especificamente a legitimação para essa concretização do mínimo existencial dos povos ribeirinhos da Cidade de Pauini-AM, por meio da ação do Poder Judiciário.

Posicionamentos favoráveis à legitimidade do exercício da jurisdição em competência atípica para a realização de direitos fundamentais, dada a inércia do Poder Executivo são mais comuns. Na defesa de uma “desneutralização política” do Poder Judiciário, Cambi (2009, p. 193) coloca que:

O princípio da separação dos poderes não é um fim em si mesmo. Somente tem sentido se funcionar como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, não pode ser invocado contra o objetivo da tutela desses direitos. Se a Constituição está acima de todas as funções estatais e cabe ao judiciário, assegurar a realização dos direitos fundamentais, ainda que possam surgir zonas de tensões, não se pode reservar aos juízes o papel de mero carimbador das decisões políticas tomadas pelo Legislativo e/ou pelo Executivo.

O autor entende que o conjunto de direitos fundamentais se constitui “posição jurídica” dos indivíduos frente ao Estado, sendo que este está em “posição jurídico-prestacional” para com aqueles.

Dado o surgimento do Estado, como já mencionado, em que esse assume para si o encargo de proteger e defender a todos por meio de um “contrato social”. E o seu evoluir, em que, a partir do Estado Social, passa a desempenhar papel de garantidor e prestador de direitos fundamentais. É certo que o Estado passou a ocupar posição de devedor para com os cidadãos sob sua tutela, que passaram a possuir direito subjetivo de exigir judicialmente sua satisfação.

Barcellos (2008, p. 254) corrobora com o entendimento, para a autora nem a separação dos poderes e nem mesmo a vontade da maioria pode ser justificativa para que se permita a supressão de direitos e garantias e impossibilidade de se conferir eficácia positiva ou simétrica a esses, sendo o judiciário legítimo para sindicarem favor da concretização dos direitos que garantam uma vida digna aos indivíduos.

Indubitavelmente, ao elaborar a Constituição, tinha o legislador vontade de vê-la cumprida seus comandos. De forma que a concretização dos direitos e garantias nela contida revela a realização do Estado democrático de direito e seu fim. Nesse sentido, Celso de Melo em Julgado, traz que:

O fato inquestionável é um só: a inércia estatal em tornar efetivas as imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela Constituição e configura comportamento que revela um incompreensível sentimento de desprezo pela autoridade, pelo valor e pelo alto significado de que se reveste a Constituição da República. Nada mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente, ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem convenientes aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos (STF - RE: 482611 SC, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/03/2010, Data de Publicação: DJe-060 DIVULG 06/04/2010 PUBLIC 07/04/2010).

Com isso, entende-se que o judiciário não pode permanecer inerte frente à inação dos demais poderes, na condição de guardião da legalidade, deve garantir a efetivação dos direitos fundamentais dos indivíduos.

É nessa linha que autores modernos trabalham a questão do Ativismo Judicial como “fiador do novo contrato social”. Para Paula (2008, p.599):

Son ejemplos de esa omisión la ausencia de previsión en ley presupuestaria de provisión de recursos públicos para inversiones exigidas por ley, como el mínimo constitucional para la educación o para la salud. Otra manera de manifestación de esa actividad adviene de la posibilidad de intervención del Poder Judicial en la ejecución de la ley presupuestaria, a fin de exigir la aplicación de los recursos públicos en áreas necesitadas por las clases sociales más carentes. Las decisiones anteriormente citadas, son buenos ejemplos de esa posibilidad. h) De esta forma, **el Poder Judicial se presenta como fiador de la ejecución del contrato social, pues es un Poder del Estado interesado en la concretización de las cláusulas establecidas.** A los Poderes Ejecutivo y Legislativo les restará la difícil tarea de buscar medios estratégicos para fomentar las inversiones públicas exigidas por el contrato social (grifo nosso).

Celso de Melo, em voto (RE: 482611 SC), lembra do caráter veiculador das normas constitucionais, que são de natureza cogente. Sendo que “as normas programáticas vinculam e obrigam os seus destinatários, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade”. Sendo assim, o não cumprimento dos direitos fundamentais leva à ilegitimidade e irresponsabilidade do Estado, tornando-se infiel àqueles que depositaram confiança ao celebrar contrato social para com ele.

Apesar de em alguns momentos não se mostrarem cientes dos direitos que possuem, quando por exemplo, dizem que nunca necessitaram do Judiciário, em outros momentos demonstram consciência das necessidades que vivenciam e do dever do Estado de prestá-las, quando por exemplo cobram a oferta de ensino em séries mais avançadas.

Contudo, doutro lado, são muitos os autores que divergem, entendem que seria ilegítima a concretização desse conteúdo por meio da intervenção do Poder Judiciário, por atentar contra o princípio da Separação dos Poderes. Não são poucos os autores e juízes que não aceitam uma obrigação do Estado de prover diretamente uma prestação a cada pessoa necessitada de alguma atividade de atendimento médico, ensino, de moradia ou alimentação (KRELL, 200, p. 23).

Streck (2008, s.p), em um posicionamento cauteloso, ao citar várias pesquisas que considera corroborar com seu entendimento de que há uma “vulgarização” do instituto, diz que:

Referidas pesquisas e reflexões apontam para o perigo que o ativismo judicial representa para a representação política, até porque uma ofensa à Constituição por parte do Poder Judiciário sempre é mais grave do que qualquer outra desferida por qualquer dos outros Poderes, porque é ao Judiciário que cabe sua guarda. Quem nos salvará se não há mais salvadores? Ou pior: quem nos salvará dos salvadores?

Para o autor a questão não reside no “quanto de judicialização”, mas “como as questões judicializadas” devem ser decididas.

Em outra terceira perspectiva, existe o uso moderado do ativismo judicial. Barroso (2008, s.p) alerta que “o ativismo judicial, até aqui, tem sido parte da solução, e não do

problema. Mas ele é um antibiótico poderoso, cujo uso deve ser eventual e controlado. Em dose excessiva, há risco de se morrer da cura.”

Assim sendo, as decisões do Judiciário, que determinam a realização de políticas públicas devem ser “factíveis e razoáveis”, para não se tornarem vazias e irrealizáveis, tornando-se frágeis, fadadas ao fracasso, pondo em descrédito o órgão emanador. Dada a peculiaridade de países de modernidade tardia, como é o caso do Brasil, a cláusula da reserva do possível merece leitura condizente com a realidade vivenciada. Assim sendo, a cláusula “deve servir de mecanismo de mitigação do ativismo judicial irresponsável, sem se transformar em obstáculo jurídico à realização dos direitos fundamentais sociais (CAMBI, 2009, p. 487 e 488)”.

Apesar de se posicionar contra, em alguns momentos, Streck (2014, p. 43 e 44) reconhece que em determinados momentos há a necessidade da ação ativista do Poder Judiciário para a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos:

De todo modo, é possível sustentar que, no Estado Democrático de Direito, em face do caráter compromissário dos textos constitucionais e da noção de força normativa da Constituição, ocorre, por vezes, um deslocamento do polo de tensão dos demais poderes de Estado em direção da justiça constitucional. Com efeito, se no Estado Liberal a tensão se focava na vontade geral (Legislativo) e no Estado Social no Executivo, pela necessidade de resolver problemas sociais a partir de políticas públicas, no Estado Democrático de Direito engendra-se uma nova formulação nessa relação, na medida em que aumentam sensivelmente as demandas pela ação do Poder Judiciário, a ponto de, no limite, *por vezes admitir-se que inércias do Poder Executivo e a falta de atuação do Poder Legislativo podem ser “supridas” pela atuação do Poder Judiciário, justamente mediante a utilização de mecanismos jurídicos previstos na Constituição que estabeleceu o Estado Democrático de Direito* (grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, Sarlet (2007, p. 283) entende que o judiciário pode (e deve) viabilizar a fruição dos direitos fundamentais mediante o preenchimento das lacunas existentes pode ser aceito em diversas hipóteses e até mesmo como regra geral, o que não significa a inexistência de limites a essa atividade, que não podem ser desconsiderados.

Krell (2002, p. 22) entende que é cabido a intervenção do judiciário, porém, de forma excepcional, desde que haja uma violação evidente e arbitrária, pelo legislador, da incumbência constitucional. Em princípio, o Poder Judiciário não deve intervir em esfera reservada a outro Poder para substituí-lo em juízos de conveniência e oportunidade, querendo controlar as opções legislativas de organização e prestação. Para o autor, é cada vez mais necessária “a revisão do vetusto dogma da Separação dos Poderes” em relação ao controle dos gastos públicos e da prestação dos serviços básicos no Estado Social.

Ao que parece, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, no Brasil, não têm garantido um cumprimento mínimo dos direitos fundamentais dos indivíduos. Constatou-se isso na pesquisa de campo realizada. Como se mostrou no bloco relativo à saúde por exemplo, em que se as prestações se mostram insuficientes, reduzidas, em momentos ao abandono total

Como já foi dito, a efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais e prestacionais materiais estão condicionados a *quantum* dos recursos que dispõe a administração para investir nessa área. Contudo, a reserva do possível não pode ser reduzida a limite posto pelo orçamento, até porque, se fosse assim, um direito social sob “reserva dos cofres cheios” equivaleria na prática a nenhuma vinculação jurídica (SARLET, 2007, p.383).

Além do mais, tem-se que a negação de qualquer tipo de obrigação a ser cumprida na base dos Direitos Fundamentais Sociais tem como consequência a renúncia de reconhecê-los como verdadeiros direitos. Krell (2002, p. 23) lembra que: “Em geral, está crescendo o grupo daqueles que consideram os princípios constitucionais e as normas sobre direitos sociais como fonte de direitos e obrigações e admitem a intervenção do Judiciário em caso de omissões inconstitucionais”.

Sarlet, a respeito da juridicidade do mínimo existencial, preleciona que:

Por outro lado, em que pese eventual divergência a respeito da fundamentalidade dos direitos sociais de um modo geral e dos limites de sua exigibilidade em juízo, constata-se – pelo menos entre nós e em expressiva parcela da doutrina (mas também, embora talvez ainda com menor ênfase) e da jurisprudência – um consenso no que diz com a plena justiciabilidade da dimensão negativa (defensiva) dos direitos sociais em geral e da possibilidade de se exigir em juízo pelo menos a satisfação daquelas prestações vinculadas ao mínimo existencial, de tal sorte que também nesta esfera a dignidade da pessoa humana (notadamente quando conectada com o direito a vida) assume a condição de metacritério para as soluções tomadas no caso em concreto, o que de resto, acabou sendo objeto de reconhecimento em decisão recente do nosso Supremo Tribunal Federal (SARLET, 2007b 1988 p.96-97).

Por último, Sarmento (2016, p. 235) propõe o diálogo institucional. O autor entende “muito embora o mínimo existencial seja juridicamente exigível, nem sempre a forma mais adequada de assegurá-lo em juízo consiste na tutela jurisdicional tradicional, com a concessão de prestação reivindicada”. É que, na maioria dos casos, a lesão é decorrente de falhas estruturais, inclusive na complexidade que requer a formulação, e porque não dizer também a execução delas. Com isso a “atuação solitária” do Poder Judiciário pode não ser o mais indicado. Por isso o autor recomenda a adoção de “técnicas processuais mais flexíveis”, permeadas pelo diálogo entre os Poderes.

Dadas essas colocações que trazem a doutrina e a jurisprudência, cabe ainda relacioná-las à questão fundamental deste trabalho, qual seja: se há legitimidade para o exercício da jurisdição, no sentido de determinar a execução de políticas públicas para viabilizar a concretização do mínimo existencial nas comunidades ribeirinhas de Pauini-AM.

A partir de pesquisa realizada em seis comunidades daquele município, ficou evidente a ausência de serviços do Estado nas áreas de saúde, educação e de prestação jurisdicional.

No que se refere à educação, por exemplo, foi constatado flagrante descumprimento dessa parcela do mínimo existencial, uma vez que há localidades, como a comunidade “Canta Galo”, em que sequer há escola. Em quatro delas só são ofertadas aulas até a 4ª série do ensino fundamental e em uma até a 5ª série, de forma que as crianças ao concluírem esses níveis têm suas expectativas frustradas, por não ser possível a continuidade do ensino.

Como apontado por Cambi, o juiz não pode se reservar ao mero ofício de “carimbador de decisões”, no exercício da jurisdição, deve agir para garantir a concessão dos direitos e garantias a esses povos em situação de hipossuficiência. Como visto, também Barcello dá apoio à legitimidade a ação ativista do judiciário, uma vez que a separação dos poderes, nem mesmo a vontade da maioria pode ser óbice à realização dos direitos e garantias fundamentais, muito menos o seu núcleo essencial.

Viu-se, por exemplo, que no bloco referente à saúde, que há uma precariedade e insuficiência dos serviços oferecidos. Não há em nenhuma delas um posto com estrutura adequada para o atendimento dos moradores. Verificou-se que não são prestados serviços de saúde básica e de atendimento às gestantes e à criança. É inexistente a oferta de saneamento básico nas comunidades pesquisadas. A única prestação presente é a realização de campanhas de vacinação. Sendo todas essas prestações asseguradas constitucionalmente, como já exposto.

A esse respeito, relembre-se o posicionamento do Min. Celso de Melo (RE: 482611 SC) que afirma que não há nada de mais nocivo do que se elaborar uma Constituição sem que se pretenda fazê-la efetiva.

É entendida a preocupação de autores como Lênio Streck que julgam preocupante a “vulgarização” do uso do ativismo judicial, contudo o uso indevido do instrumento não pode servir de amarra para impedir a “sindicabilidade” de necessidades latentes, como é a dos ribeirinhos. Como já referendado, as distâncias e o difícil acesso é real, porém a que se empreender maior esforço para alcançá-los. Essas prestações que os entrevistados reclamam, tais como: posto de saúde, oferta de ensino em séries mais avançadas, auxílio jurídico, estão longe de ser irrealizáveis ao Estado.

Pelo exposto, vê-se que, para grande parte da doutrina, a possibilidade da adjudicação do mínimo existencial, dentro de limites, ou seja: a intervenção do Poder Judiciário sobre a autonomia do executivo, ao executar as políticas públicas, devem ocorrer em casos de excepcionalidade (Andreas Krell), de forma controlada (Barroso), com imposições de cumprimento de prestações factíveis e realizáveis (Cambi), para que não se utilize tal instrumento vulgarmente (Lênio Streck).

Dada a condição de excepcionalidade dos ribeirinhos de Pauini-AM, segregados em suas comunidades, ostentando situação de vulnerabilidade, sem atendimento de saúde e educação e sem acesso à justiça têm claramente seus direitos mínimos violados. Dessa forma, dada a inércia do Poder Executivo em sede de execução de políticas públicas que melhore a condição desses sujeitos, que lhes propiciem uma vida digna, é legítima a atuação do judiciário, de forma a determinar a concessão desses direitos que são assegurados constitucionalmente.

Assim, a condição de excepcionalidade dos ribeirinhos de Pauini-AM, em que há flagrante descumprimento seu mínimo existencial, mostra-se como condição suficiente para o exercício da jurisdição, sendo legítima a ação do Poder Judiciário para determinar a concretização dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Constitucional Democrático de Direito é produto da evolução pelo qual passou. O Primeiro estágio diz respeito ao Estado Liberal, forte na separação dos poderes, bem como no liberalismo econômico. O Segundo momento, o Estado Social, marcado pela busca da concretização dos direitos sociais fundamentais dos indivíduos, bem como na igualdade material, a fim de diminuir as desigualdades da sociedade. Por último o Estado democrático de Direito, pautado na participação efetiva dos indivíduos nos destinos do Estado.

No atual estágio, o Estado é compelido à busca da concretização dos direitos fundamentais prometidos aos seus cidadãos na Constituição que o rege. Dada a impossibilidade fática, pela limitação financeira a qual possui, é ao menos razoável que busque em primeiro a satisfação, na maior medida, das prestações mínima aos seus governados. Portanto a técnica de orientação dos gestores públicas ao executar as políticas de satisfação de direitos fundamentais, deve dar prioridade ao mínimo existencial, frente a outras política e decisões.

Em pesquisa de campo realizada em seis comunidades ribeirinhas do município de Pauini-AM, verificou-se flagrante descumprimento de parcela do mínimo existencial referente à educação, uma vez que em quatro delas são ofertadas aulas somente até a 4ª série do ensino fundamental, sendo em uma até a 5ª série. Na comunidade Içá, foi constatado que não há aula por falta de oferta de ensino em séries mais avançadas.

Com relação à saúde básica, há também a falta de ações pelo Estado para oferecer o mínimo a que os ribeirinhos da área pesquisada têm direito. Todos os entrevistados declararam que não há oferta de saneamento básico, tão pouco água tratada para o consumo das famílias. Não ocorre atendimento pré e pós-natal para gestantes e das crianças, também não é ofertado um parto saudável. A única prestação em dia, diz respeito à vacinação nas localidades por meio de embarcações de saúde itinerante pelo Município. Quanto às outras

ações, referentes à prevenção de doenças, como a pulverização de substâncias para o extermínio de moléstias, por exemplo, é negativo o relato de todos os entrevistados.

As ações referentes à assistência social aos desamparados, dentro da teoria eleita têm sido cumpridas, senão no todo, mas em grande parte. Não se verificou a ocorrência de programas sociais a nível estadual e municipal, porém é evidente que as ações do governo federal têm alcançado aqueles povos.

Ainda, referente ao acesso à justiça, contatou-se que metade dos entrevistados não tem condições de acesso físico ao judiciário. O único meio de transporte para o ribeirão é o barco ou a canoa, o que dificulta a ida até a cidade, e por consequência, de chegar até o judiciário. Assim sendo, o judiciário precisa promover formas de ir até eles. A justiça itinerante é um caminho.

A impossibilidade do acesso físico, por consequência, prejudica o acesso jurídico e material, visto que para pleitear a proteção efetiva do Estado, necessário se torna chegar até ele. A esse respeito, consoante às entrevistas realizadas foram obtidas declarações de que jamais precisaram promover uma ação na justiça, sendo que apenas um deles declarou que eles já precisaram do auxílio do judiciário. Isso entra em contradição com a realidade aferida, uma vez que os direitos desses povos não vêm sendo realizado, como já apresentado.

Com isso, verifica-se que os direitos e garantias desses indivíduos são violados, imediatamente, poderiam se socorrer com o Poder Judiciário, porém não possuem a consciência que dele necessitam.

Por fim, nas comunidades pesquisadas, a ausência do judiciário é total. Não há também a presença do Ministério Público, tão pouco da Defensoria Pública. No entanto foi relatada a ocorrência de conflitos com pescadores e madeireiros, o que enseja a proteção e a orientação jurídica para esses povos.

Dada a propositura do ativismo judicial como instrumento possível a concretização dos direitos mínimos a que é dever do Estado prestar a esses povos, conclui-se que:

01 – O mínimo existencial constitui-se como conjunto de direitos fundamentais correspondente a “uma fração nuclear da dignidade da pessoa humana”, dotado de intangibilidade, ou seja, revela-se obrigação do estado em prestá-lo, sendo que não pode se escusar alegando impossibilidade orçamentária.

02 – Doutro lado, a reserva do possível, como limitação orçamentária do Estado para promover a satisfação dos direitos e garantias constitucionais a que possuem os jurisdicionados, deve ser vista de forma relativizada, sendo necessário um “justo motivo” para sua incidência quando invocada pelo Estado para se escusar do cumprimento de suas

obrigações. Sendo que, dada a impossibilidade de se prestar todos os serviços prometidos pelo legislador originário, deve o Estado buscar, prioritariamente, a realização dos direitos e garantias mínimas que os cidadãos possuem.

03 – A partir da Constituição Americana, a visão da tripartição dos poderes passa a ser modernizada, de forma que esses devéns funcionarem como “freios e contrapesos”, uns para com os outros.

Na Constituição, o instituto está contido no artigo 2^a, dispondo que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Dada sua adoção na Constituição Federal brasileira como um dos princípios fundamentais (estruturantes) da Constituição, não pode ser vista como justificção para a não concessão de direitos fundamentais aos indivíduos por parte do Poder Judiciário, dada a inércia do Poder judiciário em concedê-los.

04 – Por último, é entendida a preocupação do uso banal, desarrazoado e descontrolado do ativismo judicial, contudo o uso indevido do instrumento não pode servir de amarra para impedir a “sindicabilidade” de necessidades latentes, como é a dos ribeirinhos. Como já referendado, as distâncias e o difícil acesso é real, porém a que se empreender maior esforço para alcançá-los. Essas prestações que os entrevistados reclamam, tais como: posto de saúde, oferta de ensino em séries mais avançadas, auxílio jurídico, estão longe de ser irrealizáveis ao Estado.

Sendo assim, a condição de excepcionalidade dos ribeirinhos de Pauini-AM, segregados em suas comunidades, ostentando situação de vulnerabilidade, sem atendimento de saúde e educação e sem acesso à justiça têm claramente seus direitos mínimos violados. Dessa forma, dada a inércia do Poder Executivo em sede de execução de políticas públicas que melhore a condição desses sujeitos, que lhes propiciem uma vida digna, é legítima a atuação do judiciário, de forma a determinar a concessão desses direitos que são assegurados constitucionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Dary. **Teoria Geral do Estado**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ, Renovar, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. *Judicialização, ativismo e legitimidade democrática*. Revista **Consultor Jurídico**, 2008. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica. Acesso em: 23 de jun. 2016.

BITTENCOURT, Marcus Vinícius Corrêa. Curso de direito constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria geral do Estado**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal, **ADPF 45/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Informativo/STF n° 345/2004. <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo345.htm>> Acesso em 05/11/2016.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal, **RE: 482611 SC**, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/03/2010, Data de Publicação: DJe-060 DIVULG 06/04/2010 PUBLIC 07/04/2010). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE%24%2ESCLA%2E+E+482611%2ENUME%2E%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/b94atft>> Acesso em 06 de nov. de 2016.

BRASIL. **Declaração dos Direitos Universais Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso em 11 de nov. de 2016

BRASIL. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm> Acesso em 11 de nov. de 2016

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional I.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo:** Direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

CIARLINI, Alvaro Luis de A.S. **Direito à saúde – paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição.** São Paulo: Saraiva, 2013

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 6d. Salvador: Jus Podivm, 2014.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, Henrique dos Santos Pereira, Antônio Carlos Witkoski. **Comunidades ribeirinhas amazônicas:** modos de vida e uso dos recursos naturais / organizadores, - Manaus: EDUA, 2007. disponível em: http://educampo.miriti.com.br/arquivos/File/comunidades_ribeirinhas_modos_de_vida.pdf Acesso em: 21 de jun. 2016

HACHEM, Daniel Wunder. **A jusfundamentalidade dos direitos sociais para além do mínimo existencial.** Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina “Crítica do Direito Constitucional Moderno”, ministrada pelo Prof. Dr. Tit. Clèmerson Merlin Clève. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito (Doutorado) – UFPR, 2011. No prelo.

KRELL, Andreas Joachim. **Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha:** os (des) caminhos de um direito constitucional comparado. Porto Alegre: Editora Sérgio Fabris, 2002.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília 70910-900 – Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf Acesso em: 21 de jun. 2016

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado,** 24. ed. Saraiva: São Paulo, 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**, tomo IV, “Direitos Fundamentais”, Coimbra, 1988.

PIVETTA, Saulo Lindorfer. **Direito fundamental a saúde** – regime jurídico, políticas públicas e controle judicial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SANTANA, Franciane Aguiar. **Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: Relato de Experiência**. Revista Perspectiva Amazônica Ano 3 N° 6 p. 47-56, 2013. Disponível em: http://www.fit.br/revista/doc/6_87.pdf Acesso em: 21 de jun. 2016

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007b.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988**. In Revista Diálogo Jurídico. Ano I, vol. I, Salvador: 2001. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf_seguro/REVISTA-DIALOGO-JURIDICO-01-2001-INGO-SARLET.pdf Acesso em 06 de nov. de 2016.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetória e metodologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2016

SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à Constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SILVEIRA, Amélia (coord)... [et al]. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**.– 2. Ed. Blumenal: edifurb, 2004.

SILVEIRA, Paulo Fernando. **Freios e contrapesos (*checks and balances*)**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

STRECK, Lenio Luiz. **O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns?** Revista Consultor Jurídico, Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns> Acesso aos 19 de jun. 2016

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. v.1. Rio de Janeiro: Forense, 2007

TOLEDO, Maurício Moreira. **Neoconstitucionalismo e ativismo judicial no brasil**. Disponível em: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/dir/mauricio_moreira.pdf Acesso em 23 de jun. 2016

TORRES, Ricardo Lobo. **O mínimo existencial e os direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: 1989. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp007711.pdf> Acesso em 06 de novembro de 2016.

**ANEXOS: QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA APLICADOS NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PAUINI-AM**



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 01 Realizada na localidade: Comunidade Maquie Data: 19/07/2016

Nº de moradores da localidade: aprox. 109 pessoas

Identificação do(a) Entrevistado(a): Isaías Pinheiro de Oliveira

1. sexo	Masculino	<input checked="" type="checkbox"/>	2. Idade:	18-25	46-55	3. Estado Civil	Solteiro/a	viúvo/a	
	Feminino			26-35	56-65		<input checked="" type="checkbox"/>	Casado/a	União estável
	Outro			36-45	+de66			Divorciado/a	Outros
4. Vínculo Institucional			Liderança institucional () especifique:						
			Liderança comunitária (X) especifique: <u>Sem eleição, liderança natural</u>						
			Servidor/a Público () especifique:						
			Morador (a) () especifique:						

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1-Há escolas nesta localidade? Não () Sim (☒)

Comentários De madeira com condição precárias

Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 4ª série

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(☒) material escolar (☒) merenda (☒) infraestrutura adequada (☒) professores preparados para o ensino/realidade () outros: um só professor para todos os alunos.

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? Querem que houvesse melhores condições, mas considera bom o ensino.

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não () Sim (☒)
descreva há um posto de madeira, sem material.

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:

(☒) consulta médica (☒) exames (☒) medicamentos () outros
descreva há apenas um agente que atende, mas não fica constantemente na comunidade.

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?

Não (☒) Sim () descreva tem que ir até a cidade.

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?

Não () Sim (X) descreva há campanhas de vacina apenas.

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?

Não (☒) Sim () descreva apenas entregam (por meio do agente de saúde) um produto para matar os germes da água.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (☒) Sim (☐)
descreva não recebe

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não (☐) Sim (☒) descreva há dificuldade para conseguir, mas há aposentados

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter (alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não (☐) Sim (☒) descreva quais Bolsa Família

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não (☒) Sim (☐) descreva como não condições

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não (☒) Sim (☐)

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? nunca necessitei

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (☒) Sim (☐) descreva nunca possui

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não (☐) Sim (☐)
Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim (☐) Não (☒) descreva não atua

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? não há

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? Saúde básica com frequência, orientação jurídica

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?

Declarou que gosta de viver na localidade, que é tranquilo e prazeroso.



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 02 Realizada na localidade: Camacuri II Data: 19/07/2016
Nº de moradores da localidade: ≈ 180 pessoas

Identificação do(a) Entrevistado(a):

1. sexo	Masculino	2. Idade:	18-25	46-55	3. Estado Civil	Solteiro/a	viúvo/a
	Feminino		26-35	56-65		Casado/a	União estável
	Outro		36-45	+de66		Divorciado/a	Outros
4. Vínculo Institucional		Liderança institucional () especifique:					
		Liderança comunitária (X) especifique: <u>Liderança natural</u>					
		Servidor/a Público () especifique:					
		Morador (a) () especifique:					

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1-Há escolas nesta localidade? Não () Sim (X)
Comentários há uma escola de madeira.

Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 4ª série.

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(S) material escolar (N) merenda (N) infraestrutura adequada (N) professores preparados para o ensino/realidade () outros: o material é pouco

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? considera bom ensino.

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não (X) Sim ()
descreva não há, apenas um agente de saúde.

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:

(N) consulta médica (N) exames (N) medicamentos (N) outros
descreva não é oferecido nada de saúde básica à comunidade.

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?
Não (X) Sim () descreva

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?
Não () Sim (X) descreva vacinas são oferecidas.

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?

Não (X) Sim () descreva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (X) Sim ()
descreva não há

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não (X) Sim () descreva não há

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter (alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não () Sim (X) descreva quais Bolsa família

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não (X) Sim () descreva como não há como

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não (X) Sim ()

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? não precisou

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (X) Sim () descreva nunca viu embarcação da justiça itinerante.

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não () Sim ()

Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim () Não (X) descreva não atua.

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? com índios

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? saúde de qualidade. Um agente de saúde morasse na comunidade.

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?
não.



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 03 Realizada na localidade: Ardeia Caciri Data: 07/2016
Nº de moradores da localidade: 33 moradores

Identificação do(a) Entrevistado(a): Sebastião Barbosa Brasil

1. sexo	Masculino		2. Idade:	18-25		46-55	<input checked="" type="checkbox"/>	3. Estado Civil	Solteiro/a		viúvo/a	
	Feminino			26-35		56-65			Casado/a		União estável	
	Outro			36-45		+de66			Divorciado/a		Outros	
4. Vínculo Institucional				Liderança institucional () especifique:								
				Liderança comunitária (<input checked="" type="checkbox"/>) especifique: <u>Lider da comunidade</u>								
				Servidor/a Público () especifique:								
				Morador (a) () especifique:								

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1 - Há escolas nesta localidade? Não () Sim (☒)
Comentários: Uma escola de madeira construída pelos próprios moradores.
Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 5ª série

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(S) material escolar (N) merenda (N) infraestrutura adequada (S) professores preparados para o ensino/realidade () outros: considero o ensino bom

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? queria que houvesse mais assistência aos alunos, professores que desistem das séries mais avançadas.

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não (☒) Sim ()
descreva: Não há posto mas há atendimento intermitente.

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:
(N) consulta médica (N) exames (N) medicamentos (N) outros
descreva: _____

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?
Não () Sim (☒) descreva: há atendimento intermitente.

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?
Não () Sim (☒) descreva: há campanhas de vacina intermitente

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?
Não (☒) Sim () descreva: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (X) Sim ()
descreva _____

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não (X) Sim () descreva _____

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter(alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não () Sim (X) descreva quais toda família

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não () Sim (X) descreva como acredito que se necessitar conseguiria sim chegar até o poder Judiciário.

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não (X) Sim ()

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? não precisou

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (X) Sim () descreva Não há

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não () Sim (X)
Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim () Não () descreva não faz atendimento à comunidade

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? Não há

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? um posto de saúde; melhoria na educação.

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?

A comunidade é pequena e costumam manter a ordem.



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 04 Realizada na localidade: Capta Belo Data: 07/2016
Nº de moradores da localidade: Genival Silva de Souza
no 60 pessoas.

Identificação do(a) Entrevistado(a):

1. sexo	Masculino	2. Idade:	18-25	46-55	3. Estado Civil	Solteiro/a	viúvo/a
	Feminino		26-35	56-65		Casado/a	União estável
	Outro		36-45	+de66		Divorciado/a	Outros
4. Vínculo Institucional		Liderança institucional () especifique:					
		Liderança comunitária (x) especifique: <u>Liderança natural</u>					
		Servidor/a Público () especifique:					
		Morador (a) () especifique:					

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1-Há escolas nesta localidade? Não (x) Sim ()
Comentários os alunos se deslocam até o outro lado da margem do rio para estudar em outra comunidade.
Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 4ª série

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(S) material escolar (N) merenda (N) infraestrutura adequada (S) professores preparados para o ensino/realidade () outros: considero o ensino ruim

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? não

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não (x) Sim ()
descreva existia mas com o tempo e o abandono foi convertido.

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:

(S) consulta médica (N) exames (S) medicamentos (N) outros

descreva há boca de saúde que, esporadicamente, passam na comunidade.

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?

Não (x) Sim () descreva não é oferecido

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?

Não () Sim (x) descreva apenas vacinação

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?

Não (x) Sim () descreva não é oferecido esgoto e nem água tratada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (☒) Sim (☐)
descreva _____

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não (☒) Sim (☐) descreva _____

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter (alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não (☐) Sim (☒) descreva quais Bolsa Família

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não (☐) Sim (☒) descreva como de Bordo

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não (☒) Sim (☐)

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? nunca precisou

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (☒) Sim (☐) descreva nunca saiu fora

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não (☐) Sim (☐)
Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim (☐) Não (☒) descreva nao ha

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? nao ha conflito

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? Professores melhores qualificados e que deem aula com maior frequência.

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?
Acho que as coisas estão bem.



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 05 Realizada na localidade: Içá Data: 07/2016
Nº de moradores da localidade: ≈ 70 pessoas

Identificação do(a) Entrevistado(a): Francisco Pinacélio Filho

1. sexo	Masculino		2. Idade:	18-25		46-55		3. Estado Civil	Solteiro/a		viúvo/a	
	Feminino			26-35		56-65	<input checked="" type="checkbox"/>		Casado/a		União estável	
	Outro			36-45		+de66			Divorciado/a		Outros	

4. Vínculo Institucional

Liderança institucional () especifique:

Liderança comunitária (☒) especifique: Liderança natural

Servidor/a Público () especifique:

Morador (a) () especifique:

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1-Há escolas nesta localidade? Não () Sim (☒)

Comentários sem funcionamento

Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 4ª série

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(☒) material escolar (☒) merenda (☒) infraestrutura adequada (☒) professores preparados para o ensino/realidade () outros: já um tempo sem funcionamento

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? Educação de Pósi-
ma qualidade.

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não (☒) Sim ()
descreva há apenas um agente de saúde que não
fica constantemente na comunidade.

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:

(☒) consulta médica (☒) exames (☒) medicamentos () outros

descreva é preciso ir até a cidade para conseguir
esses serviços

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?

Não (☒) Sim () descreva no há na localidade

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?

Não () Sim (☒) descreva vacinas.

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?

Não (☒) Sim () descreva não há



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (X) Sim ()
descreva _____

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não () Sim (X) descreva apresentador na comunidade

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter (alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não () Sim (X) descreva quais Debo família

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não () Sim (X) descreva como acredita que alguns sim

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não () Sim (X)

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? conflito com pescadores

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (X) Sim () descreva nunca houve

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não () Sim ()
Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim () Não (X) descreva não sabe

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? com índios e pescadores.

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? Ensino de sermão mais avançado; orientações jurídicas.

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?



A AUSÊNCIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PAUINI-AM COMO CONDIÇÃO SUFICIENTE PARA A QUEBRA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES, BEM COMO, LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

Pesquisa de Campo com Comunidades Ribeirinhas do Município de Pauini - AM

Entrevista nº 06 Realizada na localidade: Boca do Pauini Data: 10/07/2016
Nº de moradores da localidade: ≈ 120 pessoas

Identificação do(a) Entrevistado(a): Francisco Vale de Souza

1. sexo	Masculino	2. Idade:	18-25		46-55	3. Estado Civil	Solteiro/a		viúvo/a	
	Feminino		26-35	<input checked="" type="checkbox"/>	56-65		Casado/a		União estável	
	Outro		36-45		+de66		Divorciado/a		Outros	
4. Vínculo Institucional		Liderança institucional () especifique:								
		Liderança comunitária () especifique:								
		Servidor/a Público () especifique:								
		Morador (a) <input checked="" type="checkbox"/> especifique:								

5. Realidade da Educação da localidade:

5.1-Há escolas nesta localidade? Não () Sim (☒)
Comentários De madeira e em más condições

Havendo escola, até que série (ano) são oferecidas vagas? até a 4ª série

5.2 - Na escola é oferecido aos alunos:

(☒) material escolar (☒) merenda (☒) infraestrutura adequada (☒) professores preparados para o ensino/realidade () outros:

5.3 - Outros comentários relevantes sobre a Educação? não fez.

6. Saúde Básica:

6.1 - Há posto de saúde básica nesta localidade? Não (☒) Sim ()
descreva há apenas um agente comunitário

6.2 - São oferecidos serviços de saúde básica aos moradores desta localidade tais como:

(☒) consulta médica (☒) exames (☒) medicamentos (☒) outros

descreva Não há posto de saúde, só se tem por um tempo em tempo, apenas há um agente de saúde.

6.3 - É oferecido as gestantes desta localidade atendimento materno infantil (pré-natal, parto saudável, acompanhamento pós-parto)?

Não (☒) Sim () descreva

6.4 - São realizados, nesta localidade, campanha de prevenção epidemiológica (aplicação de vacinas nos moradores e pulverização de insetos)?

Não (☒) Sim () descreva apenas quando se dirige até a cidade.

6.5 - Há alguma ação por parte do Estado (Prefeitura, Estado, União) no sentido de oferecer água tratada ou esgoto?

Não (☒) Sim () descreva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL - CURSO DE DIREITO



6.7 As crianças recebem atenção médica especializada? Não (X) Sim ()
descreva _____

7. Ações assistenciais:

7.1- Os idosos e deficientes desta localidade recebem algum auxílio do Governo?

Não (X) Sim () descreva _____

7.2 - As famílias que não possuem renda suficiente para se manter (alimentar, morar e se vestir) recebem algum auxílio do Governo? Não () Sim (X) descreva quais Dois famílias

8 - Acesso à Justiça

8.1 - As pessoas que vivem nesta localidade têm condições de chegar até um fórum (Poder Judiciário)? Não (X) Sim () descreva como _____

8.2 - Você ou outro morador dessa localidade que já precisou promover algum tipo de ação na justiça? Não (X) Sim ()

Se sim, foi atendido (a) pelo Poder Judiciário? não. Não sabe dizer.

8.3 - É comum, nesta localidade, haver embarcações da Justiça itinerante atendendo aos moradores? Não (X) Sim () descreva _____

8.4 - Você e os moradores desta localidade sabem o que é a "Defensoria Pública"? Não () Sim ()
Há atendimento por parte da Defensoria Pública aos moradores dessa localidade?

Sim () Não (X) descreva _____

8.5 - Quais os conflitos ou tensões mais frequentes que precisariam de atendimento ou orientação jurídica? não ocorre.

8.6 - O que você considera mais urgente e necessário (serviços e prestações) para os moradores dessa localidade? Um posto em funcionamento,

9. Que outros temas relacionados à comunidade você gostaria de comentar?
Nenhum outro.